



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

ABR/24-JUL/24 | Nº 422 | ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO | WWW.SJSP.ORG.BR

DESTAQUE

**Vitória do jornalismo:
Julian Assange é
libertado após anos
de prisão arbitrária**

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

**Utilização de IA
inaugura novo
processo de
exploração**

FOTOJORNALISMO

**A tragédia no Rio
Grande do Sul em
imagens e relatos
jornalísticos**

OBRIGADO JUCA

**Nosso colunista se
despede de *Unidade*
apontando para
o futuro**

**“O VÍNCULO DE
EMPREGO NÃO
FOI REVOGADO”**

**LUCIANA CONFORTI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO,
ANALISA AS RECENTES DECISÕES DO STF SOBRE PEJOTIZAÇÃO E DEFENDE A CLT**

EDITORIAL

SOBRE
CHEGADAS E
DESPEDIDAS

Querida leitora, querido leitor do Unidade, nos dias 28, 29 e 30 de junho, nosso Sindicato sediou a 25ª Plenária Nacional do FNDC, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, com uma série de debates com pessoas de todo o país que lutam por um projeto justo, plural e democrático de comunicação. Na semana seguinte, nos dias 5 e 6 de julho, foi a vez de nossa entidade sediar o 8º Encontro Nacional de Comunicadores e Ativistas Digitais, organizado pelos parceiros e parceiras do Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”.

Mais do que relatar a realização dessas atividades, é importante dizer que a escolha de nosso Sindicato como espaço de acolhida não é mera coincidência. E então, podemos dar início ao objetivo deste Editorial: parece que não, mas já se passaram três anos desde que essa gestão assumiu o compromisso à frente da direção de nossa entidade. Com as eleições para a renovação da Diretoria chegando, já estamos em um clima de despedidas e de avaliações sobre o período que passou. E, com muita alegria e orgulho podemos dizer que cumprimos nossa missão, mesmo diante de tantos desafios.

Nosso Sindicato manteve-se em sua missão em defesa da democracia, dos direitos humanos e da luta por uma comunicação que seja de fato democrática e que promova a livre circulação de informações. Em 2021, quando iniciamos nossa gestão, tivemos de enfrentar a pandemia, que vitimou centenas de jornalistas, e o governo Bolsonaro, que atacava sistematicamente a nossa categoria como um método para o avanço de um projeto obscurantista e autoritário para o Brasil. Mas nós sobrevivemos e resistimos! Em junho de 2022, após uma ação movida por nosso Sindicato, o ex-presidente (e agora inelegível) foi condenado por assédio moral coletivo contra a nossa categoria. Temos documentado aquilo que sabíamos há muito tempo: Jair Bolsonaro é um assediador e sentenciado pela Justiça.

Mas, além de se somar às lutas de interesse do povo brasileiro e da classe trabalhadora, o SJSP também conseguiu avançar em seu objetivo de ser uma permanente referência para a nossa categoria. E realizamos esta tarefa em uma conjuntura amplamente desfavorável: mesmo com demissões, precarização, fechamento de publicações, aumento do adoecimento em função da piora das condições de trabalho e de relatos de diferentes assédios, nossa categoria se organizou e avança dia a dia para lutar coletivamente por salários, direitos e dignidade.

Tínhamos poucos meses de mandato quando encaramos uma duríssima Campanha Salarial no segmento de Jornais e Revistas da Capital: frente a uma inflação de 8,9%, os patrões ofereciam zero de reajuste. Em assembleias virtuais, que reuniram centenas de jornalistas, aprovamos e organizamos uma

paralisação coletiva de duas horas, mobilização que há décadas não realizávamos. Como resultado, conquistamos o reajuste pela inflação para boa parte dos salários. Em Rádio e TV, com o desafio de dialogar com colegas em todas as emissoras do estado, aprimoramos nossa comunicação e promovemos atos nas portas das empresas, pressionando para o avanço das reivindicações. E na negociação de Jornais e Revistas do Interior, após longa batalha, conseguimos voltar à mesa de negociação com os patrões neste ano.

Graças ao sempre competente trabalho de nosso Departamento Jurídico, ações judiciais coletivas e individuais conseguiram ser concluídas com sucesso, mesmo diante de um cenário desfavorável provocado pela “reforma trabalhista”. E liderados por nossa Secretaria de Comunicação e Cultura (responsável pela edição deste Unidade), promovemos diferentes atividades de interesse para a nossa categoria, como a inauguração da Biblioteca Milton Bellintani. Um balanço mais detalhado de nossa gestão está disponível nas próximas páginas, mas é importante destacar aqui que o sentimento coletivo da atual Diretoria é que podemos fazer uma avaliação positiva desses últimos três anos, com a consciência de que ainda temos muito a avançar.

Jornalista, vote nas eleições
nos dias 7 e 8 de agosto!

Como a vida é marcada por ciclos que se encerram e outros que se iniciam, é importante compartilhar que o processo eleitoral que acontecerá no mês de agosto conta com sentimentos da continuidade, mas também da mudança. Dando razão ao nome de nosso jornal, as companheiras e companheiros que se colocaram à disposição para dedicar tempo e esforços na tarefa de conduzir a direção de nosso Sindicato concordaram que a unidade é o caminho para organizar a categoria em tempos desafiadores, construindo uma chapa única para o pleito.

Mas a ausência de uma disputa concreta pelo voto não diminui em nada a importância do processo eleitoral: aliás, este é um momento extremamente importante de diálogo com colegas que ainda não são sindicalizados e sindicalizados, discutindo a importância de apoiar politicamente e materialmente a entidade de representação por meio da sindicalização. As eleições também propiciam a chegada de novos jornalistas de diferentes locais de trabalho que topam participar da chapa. Temos continuidade, mas também renovação, como você poderá observar nesta edição.

Como estávamos dizendo, entretanto, nossas vidas são marcadas pelas chegadas e pelas despedidas. Na próxima edição do Unidade, uma nova gestão estará à frente de nossa entidade, com caras novas, gás renovado e o inerente entusiasmo de se começar um novo trabalho. E com isso, também temos de saudar aqui as companheiras e companheiros que seguem ao nosso lado na luta, mas que não estarão à frente da nova gestão. Nosso colunista Juca Kfourri se despede nesta edição. Foram mais de 4 anos contribuindo voluntariamente para a categoria com suas reflexões sobre o jornalismo e o momento em que vivemos. E em nome dos companheiros Guto Camargo e Paulo Zocchi, que foram presidentes do Sindicato e participantes da última diretoria, nossa gratidão, admiração e a certeza que continuamos juntos e firmes na permanente batalha pela construção de nossa entidade. A luta segue! ●

Direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO
DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretor responsável Eduardo Viné Boldt
Jornalista Juliana Almeida **Edição de arte**
Fábio Bosquê **Revisão** Flávio Carrança
Capa Divulgação/Anamatra

CONSELHO EDITORIAL

Cinthia Gomes, Décio Trujillo, Fábio Bosquê,
Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro,
Juca Kfourri, Larissa Gould, Laurindo Lalo
Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Ma-
ria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Za-
vitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP
01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Thiago Tanji **Secretária-geral**
Cândida Vieira **Finanças e Administração**
Cláudio Soares **Interior** Solange Santana
Comunicação e Cultura Eduardo Viné Boldt
Relações Sindicais e Sociais José Eduardo
de Souza **Sindicalização** Lilian Parise **Jurídica e de Assistência** Larissa Gould **Formação Sindical e Profissional** Cristina Charão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Paulo Zocchi, Rafael Benaque, Sérgio Kalili, Cláudia Tavares, Evany Sessa, Pedro Pomar, Ana Maria Minadeo, Joanne Mota, Laura Capriglione, Michele Barros, Solange Melendez

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (CORFEP)

Cadu Bazilevski, Roberto Parizotti e Sérgio Pais

REGIONAIS

ABCD Vilma Amaro (diretora regional), Ana Valim, Peter Suzano
Bauru Camila Fernandes (diretora regional), André Freire, Ricardo Santana, Sérgio Borges, Tânia Brandão
Campinas Marcos Alves (diretor regional), Márcia Quintanilha, Reginaldo Cruz, Valério Paiva
Piracicaba Patrícia Sant'Ana (diretora regional), Adriana Ferezim, Gustavo Annunziato, Martim Vieira, Paulo Roberto Botão
Ribeirão Preto Sérgio Sampaio (diretor regional), Fernando Braga, João Moreira, Raphael Cruz Pena
Santos Sandro Thadeu (diretor regional), Carlos Norberto Souza, Daniela Origuella, Ernandes Caires de Sousa, Gustavo Miranda, Suely Torres
Sorocaba Pedro Courbassier (diretor regional), Adriane Mendes, Carolyn Fernandes
Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Rita Dell Aquila (diretora regional), Edvaldo Almeida

CONSELHO FISCAL

Fabio Soares, José Augusto Camargo, Norian Segatto, Pedro Malavolta, Alexandre Linares

COMISSÃO DE ÉTICA

Eliane Gonçalves, Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala e Rodrigo Ratier
Contato: comissaodeetica@sjsp.org.br

sjsp.org.br
 unidade@sjsp.org.br
 /JornalistasSP
 /SindicatoJornalistasSP
 @JornalistasSP

DESTAQUE



© DAVID G SILVERS

Londres (Reino Unido), 18 de agosto de 2014, o Chanceler Ricardo Patiño e Julian Assange ofereceram uma coletiva de imprensa com a presença da mídia internacional

ASSANGE LIVRE, EIS A GRANDE NOTÍCIA

por Pedro Pomar

“Você sem dúvida ouviu a grande notícia: Julian Assange é um homem livre!”. Com esta frase os coordenadores do grupo “Jornalistas Falam por Assange” (Journalists Speak Up For Assange) anunciaram, no dia 1º de julho, o encerramento de sua campanha pela liberdade do fundador do WikiLeaks.

Serena Tinari, suíça, Nicky Hager, neozelandês, e Tarek Haddad, jordânico-britânico, foram os três principais organizadores da iniciativa – basicamente um manifesto internacional na forma de abaixo-assinado, que talvez tenha sido um dos primeiros esforços organizados em defesa de Assange. A força de seu simbolismo: mais de 2.100 jornalistas de cento e oito países, solidarizando-se com um colega implacavelmente perseguido pela maior potência militar do planeta.

A campanha internacional pela libertação de Assange, que obviamente envolveu não só jornalistas, mas ativistas de direitos humanos, artistas, instituições, países, estadistas, organizações internacionais, sempre teve como eixo a legitimidade e a enorme importância de seu trabalho como jornalista.

Agora inicia-se uma etapa de reflexão. Como observou o filósofo croata Srećko Horvat, como parte do acordo para conquistar a liberdade, Julian se declarou culpado de um crime fictício, “inventado após anos de detenção arbitrária,

mas aqueles que são responsáveis pelos crimes reais que ele expôs, como o assassinato de jornalistas da Reuters e de civis iraquianos pelas forças dos EUA, entre outros, ainda estão andando livres”.

Ao libertar Julian nessas condições, prossegue Horvat, “o império dos EUA está mais uma vez tentando intimidar jornalistas, editores e ativistas em todos os lugares que ousam colocar holofotes em seus crimes muito reais, muito mortais”.



AQUELES QUE SÃO RESPONSÁVEIS PELOS CRIMES REAIS QUE ELE EXPÔS, COMO O ASSASSINATO DE JORNALISTAS DA REUTERS E DE CIVIS IRAQUIANOS PELAS FORÇAS DOS EUA, AINDA ESTÃO LIVRES

(A seguir, a nota do SJSP sobre a libertação do nosso colega.)

“Assange finalmente livre é vitória do jornalismo contra a tirania!”

A libertação do jornalista Julian Assange, em 24 de junho, e seu retorno à Austrália, dois dias depois, constituem uma inesquecível, arrebatadora, vitória de movimentos sociais e ativistas políticos e sindicais de vários países contra a tirania e contra o imperialismo norte-americano, após anos de luta.

Trata-se, igualmente, de uma vitória do jornalismo livre, destemido e a serviço do interesse público, engajado nas grandes causas da Humanidade. Assange e o site jornalístico WikiLeaks, que ele fundou com seus amigos, denunciaram as atrocidades e crimes de guerra cometidos pelos EUA e aliados nas guerras do Afeganistão e Iraque. Foi por esta razão que o jornalista australiano tornou-se alvo de uma implacável perseguição judicial (lawfare) que desembocou na sua prolongada prisão.

Acusado injustamente de haver cometido crime sexual na Suécia, Assange, que à época trabalhava em Londres, refugiou-se na embaixada do Equador em 2012, tendo recebido a cidadania equatoriana, por decisão do então presidente Rafael Correa. A CIA espionou o jornalista recluso e chegou a planejar seu assassinato.

Em 2019 o presidente Lenín Moreno, que sucedeu Correa, retirou sua cidadania e permitiu que a polícia britânica entrasse na embaixada equatoriana para prender Assange, que foi então encarcerado na prisão de segurança máxima de Belmarsh, e lá permaneceu mesmo depois que a Suécia retirou a acusação contra ele. Os EUA queriam sua extradição para julgá-lo por supostos crimes que resultariam em penas, somadas, de 175 anos de cadeia.

Batalhas judiciais sucederam-se. A primeira instância judicial negou a deportação de Assange, mas manteve sua prisão em condições odiosas e inaceitáveis. Os EUA recorreram e uma corte acolheu o recurso, determinando a extradição do jornalista australiano. O governo inglês endossou a medida. Um primeiro recurso de Assange foi rejeitado. O recurso final à Suprema Corte, porém, foi acatado, mas sua prisão foi mantida.

Paralelamente ao caso judicial, desenvolvia-se enorme pressão sobre os EUA para que retirassem as acusações contra Assange. A vitória dos trabalhistas nas eleições australianas, em 2022, desempenhou papel fundamental. Diferentemente de seu antecessor conservador, que ignorava o caso, o primeiro-ministro Anthony Albanese passou a pedir a libertação do fundador do WikiLeaks. O parlamento australiano, por sua vez, envolveu-se mais e mais no assunto, de modo suprapartidário, e enviou uma delegação aos EUA.

Outros personagens cruciais nos esforços para libertar Assange foram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se manifestou por diversas vezes em seu favor, até mesmo ao discursar na Organização das Nações Unidas, e familiares do jornalista, em especial sua esposa, Stella, e seu pai, John Shipton.

Também foram marcantes os esforços desenvolvidos por entidades ligadas ao jornalismo, como Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), Repórteres Sem Fronteiras (RSF), e iniciativas como o abaixo-assinado “Speak Up for Assange”. No Brasil, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), filiada à FIJ, participou da campanha. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) engajou-se em manifestações pró Assange na capital paulista, acompanhou o caso nas suas mídias e promoveu debates a respeito, o que muito nos orgulha.

Como resultado de toda a pressão, e também do revés sofrido no mais recente julgamento no Reino Unido, o governo norte-americano finalmente aceitou fazer um acordo com a defesa de Assange, mediante o qual Assange declarou-se culpado de um único “crime” (conspiração para obter documentos sigilosos), cuja pena corresponde ao período de cinco anos de prisão que ele já cumpriu na masmorra de Belmarsh.

Como está sendo observado por muitas pessoas, a libertação desse formidável jornalista, injustamente retirado de circulação por uma década (2010 a 2019) e depois aprisionado por cinco anos (2019 a 2024) ou mais precisamente 1.901 dias, não basta para redimir os responsáveis pela perseguição sofrida e não nos autoriza a esquecer ações e omissões criminosas que o prejudicaram.

Por enquanto, nos contentamos em celebrar, emocionados, a liberdade de Julian Assange.

São Paulo, 26 de junho de 2024”.

SINDICAL

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS NOVOS PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO JORNALISMO

NO ÚLTIMO ANO, HOVE UMA EXPLOÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) EM DIVERSOS SETORES NO MUNDO DO TRABALHO. NO JORNALISMO NÃO FOI DIFERENTE. COM ISSO, OS PRIMEIROS IMPACTOS COMEÇAM A CHEGAR, COM UM PROCESSO DE EXPLORAÇÃO MAIS ACENTUADO E A PERDA DE POSTOS DE TRABALHO

por Eduardo Viné Boldt e Juliana Almeida

Em novembro de 2020 o portal de notícias G1 divulgou uma iniciativa inédita: a empresa publicaria, ao final das eleições, um texto com os resultados do pleito em todos os 5568 municípios brasileiros. O feito seria possível graças ao que a empresa chamou de “processador de linguagem natural”, desenvolvido pela área de tecnologia da própria Globo.

O portal deixava claro que todos os textos gerados por essa tecnologia seriam revisados por um jornalista. O material publicado no site apresentava a mesma estrutura: título com o nome do prefeito eleito e seu partido; linha fina com a porcentagem dos votos; no corpo do texto, além da divulgação do resultado, umas poucas linhas sobre a biografia do candidato; e no final da nota aparecia a seguinte advertência:

“Esta reportagem foi produzida de modo automático com o apoio de um sistema de inteligência artificial e antes de ser publicada foi revisada por um jornalista do G1. Se houver novas informações relevantes, a reportagem pode ser atualizada. Saiba mais sobre o sistema de inteligência artificial usado pelo G1 em g1.com.br/eleicoes”

A iniciativa pode disponibilizar em tempo recorde matérias sobre as eleições em regiões que não contavam com veículos de comunicação locais. Cidades pequenas como Borá, com 838 habitantes, e Nova Castilho, com 1062 habitantes, tiveram matérias sobre o pleito municipal disponíveis poucas horas depois da apuração.

O que em 2020 era uma iniciativa experimental, foi rapidamente incorporado ao processo de produção, não só no jornalismo. A tecnologia ficou conhecida como “Inteligência Artificial Generativa”

e foi popularizada a partir de 2023 por programas como o ChatGPT, que, através de “prompts”, propõe textos e resultados partindo de uma enorme base de dados, desconhecida pelos usuários em geral.

A utilização dessa tecnologia não se limitou ao texto. Programas como o Midjourney oferecem imagens realistas partindo de comandos empregados pelos usuários. A tecnologia é capaz de copiar estilos, também se baseando em um banco de dados oculto em sua programação.

Ainda é difícil de medir o impacto na atividade jornalística, mas os efeitos da utilização da tecnologia de IA, sendo apropriada pelos veículos de comunicação, começam a atingir os jornalistas.

Em maio de 2024, trabalhadores e trabalhadoras da Rede Internacional de Televisão (RIT TV), pertencente ao grupo midiático da Fundação Internacional de Comunicação (FIC), foram demitidos de maneira surpreendente: parte significativa da equipe deixou a empresa a partir do avanço da utilização de IA na rotina de trabalho da emissora. Suspeita-se que a motivação das demissões faz parte de uma escalada de precarização e substituição do trabalho humano por inteligência artificial.

Segundo um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), cerca de 60% dos postos de trabalho serão afetados por algum tipo de inteligência artificial. No Brasil, no primeiro trimestre de 2024, aproximadamente 8,6 milhões de pessoas estavam desempregadas.

Caso RIT

Segundo relatos dos jornalistas da emissora, em janeiro de 2024, os jornalistas da Rede Internacional de Televisão começaram a ser orientados a utilizar uma ferramenta de inteligência artificial para produção de textos. A inserção da ferramenta foi gradual, como conta o jor-

nalista Evandro*: “Um gestor enviou uma mensagem no grupo pedindo para começarmos a testar o uso da inteligência artificial, reportando quaisquer problemas encontrados. Achamos estranho, pois ela estava sendo utilizada na gravação do off. Eu escrevia o texto e precisava alterar palavras para que a inteligência pudesse interpretá-las ‘corretamente’.”

Desde então, a utilização de inteligência artificial nas edições da emissora tornou-se cada vez mais comum. Apenas as reportagens eram feitas pelos jornalistas; outros materiais como boletins e notas eram produzidos pela IA. Como resultado, as notícias começaram a parecer robotizadas. Os apresentadores aparentavam estar interagindo com máquinas. Os offs eram todos produzidos por inteligência artificial, e os jornalistas eram obrigados a escrever de maneira incorreta para que o robô pudesse “ler” corretamente, o que os deixou frustrados após anos de estudo e dedicação.

Segundo Patrícia*, a introdução da ferramenta contribuiu diretamente para a sua demissão: “Acredito que sim, a IA contribuiu para que profissionais como nós fossem sendo dispensados, pois a empresa viu uma oportunidade de reduzir custos, demitindo aqueles que recebiam um salário menor para contratar funcionários recém-formados pagando um terço do valor. Esses funcionários, por sua vez, não percebem que estão sendo desvalorizados ao aceitarem qualquer oferta para entrar no mercado de trabalho com rapidez”.

Editora Abril

Desde dezembro de 2023, a Editora Abril tem investido significativamente em inteligência artificial. Um dos sites administrados pela editora, *bebe.com.br*, foi criticado por apresentar artigos que citavam apenas uma fonte, ou nenhum

conteúdo novo. Os textos eram publicados por uma empresa terceirizada e não passavam por edição pelos jornalistas do site. Em um dos casos, citava-se como única fonte a revista *Crescer*, da Editora Globo, em uma reportagem de 2016, que detalhou como selecionar um médico. Em abril de 2024, os textos foram retirados do ar. Segundo o site *Aos Fatos*, foram identificados cerca de 50 textos atribuídos a Vanessa Tavares, com o objetivo de aumentar o volume de publicações e a audiência do site através do Google.

A IA também chegou a ser utilizada em um dos maiores semanários do Brasil. A capa da edição 2880 da *Revista Veja* é o exemplo mais evidente da substituição do trabalho de designers, ilustradores e fotógrafos por inteligência artificial. A imagem gerada pela ferramenta resultou em um erro gritante: um homem branco com seis dedos e vários broches de causas sociais. A matéria principal da edição aborda o “Exagero da Patrulha”, argumentando que o politicamente correto estava sendo levado a extremos. A crítica realizada pela revista acabou se voltando contra o veículo, que ficou marcado pelo grotesco erro de edição estampado na capa.

IA

A questão do uso da IA no jornalismo é complexa e requer uma abordagem específica. No caso da produção de informação, ela tem que ser vista com um olhar apurado. A inteligência artificial é um processamento de dados com velocidade que o cérebro humano não é capaz de alcançar, e que utiliza o cruzamento de dados de diversas fontes para produzir rapidamente um outro produto. Isso envolve questões éticas e legais, como o conhecimento sobre o banco de dados utilizado e levanta questões relacionadas



© LAERTE / ILUSTRAÇÃO SINDICAL

aos direitos autorais do material utilizado, além de uma discussão sobre a regulação do uso da tecnologia.

O Grupo Globo atualizou os princípios editoriais incluindo a utilização de Inteligência Artificial na produção jornalística em suas redações. O uso está previsto na cartilha do G1, onde está escrito que, ao utilizar a inteligência artificial, este processo será submetido aos valores e à supervisão humana, além de respeitar os direitos autorais — próprios e de terceiros. No entanto, a mesma cartilha diz que essa supervisão será por amostragem. Roseli Fígaro, professora titular do Departamento de Comunicações e Artes (CCA) na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e membro do Conselho Gestor do Instituto de Ciência, comenta que esse processo de análise por amostragem coloca o próprio jornalismo em uma linha de produção. “É interessante pensar que a qualidade do jornalismo pode ser controlada por amostragem. Quais fatores me permitiriam racionalizar a notícia de forma a ser de fato avaliada a partir de amostragem? Então, quais fontes? Consultou dois lados? Como é que se daria isso? Existe esse protocolo? E a segunda questão que eu penso é que notícia não é sapato, não é batata, não é roupa. Que você está lá na esteira de produção, você tira uma amostra e analisa, porque sapatos, dentro de uma linha de produção determinada, são todos iguais, vêm de couro, de plástico, etc. Mas a notícia, numa linha de produção, não é a mesma. São diferentes notícias, diferentes assuntos, diferentes lugares, diferentes protagonistas, ou seja, o fato é diferente. Então, nós não temos, além de ver processos muito genéricos, do que estrutura o discurso jornalístico, nós não teríamos como verificar a qualidade dessa notícia por amostra.”

A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE FORMA TÃO FREQUENTE NAS REDAÇÕES CORROBORA PARA UM AMBIENTE AINDA MAIS PRECARIZADO DA CATEGORIA



Popularmente usada no Brasil, a OpenAI, responsável pelo ChatGPT, modelo de linguagem baseado em Transformer, especificamente no modelo GPT (Generative Pre-trained Transformer), recebeu uma notificação do jornal *New York Times* pelo licenciamento do uso do conteúdo. A preocupação do publicador é que, ao criar textos com respostas baseadas nas reportagens originais dos jornalistas do *Times*, o *chatbot* se torne um competidor direto do jornal.

Em março de 2024, foi aprovado o texto final do projeto da Lei de Inteligência Artificial da União Europeia (Lei de IA da UE), conhecido como a primeira estrutura jurídica horizontal abrangente do mundo para a regulamentação de sistemas de IA em toda a UE.

Já no Brasil, a legislação reguladora caminha a passos de tartaruga. Ainda tramita no Congresso Nacional a

regulamentação das mídias digitais e do uso de inteligência artificial. Foi apresentado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO) o projeto de lei 2.338/2023 que pede a “implementação e uso responsável de sistemas de inteligência artificial no país, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.” O PL ainda sugere que haja “transparência, explicabilidade, inteligibilidade e auditabilidade”.

Entidades da sociedade civil, juntamente com a Fenaj, elogiaram a iniciativa do senador em uma carta endereçada, em 8 de julho, aos senadores, manifestando apoio ao PL. “O respeito às legislações de direitos autorais, e a proteção de obras e produções artísticas, intelectuais e jornalísticas têm sido um dos principais temas dos debates sobre a necessidade de regulação da inteligência artificial generativa. Normativas internacionais que tratam da matéria, como o Ato Europeu da Inteligência Artificial, recentemente aprovado por toda a comunidade europeia, também se debruçam sobre o tema”, dizem as entidades em sua manifestação.

Segundo Ana Mielke, jornalista e presidente do coletivo Intervozes, em um texto publicado no site *Outras Palavras*, existem poucas iniciativas que vêm sendo esboçadas para reverter o impacto da IA sobre o mercado de trabalho e estas ainda reforçam uma tendência a priorizar ações para qualificação e/ou capacitação de pessoas para usos e aplicações da IA. “Políticas voltadas ao letramento ou à capacitação funcional são fundamentais para reduzir o impacto da redução de postos de trabalho, mas é preciso traçar estratégias que aliem a criação de novos postos de trabalho a um proces-

so de reindustrialização. É preciso que as políticas públicas estejam alinhadas a uma ideia de um Estado produtor de tecnologias e não apenas consumidor ou usuário final de tecnologias proprietárias. E a formação profissional de excelência carece obrigatoriamente de investimento pesado em ensino, pesquisa e extensão, principalmente nas universidades.” O texto pode ser lido na íntegra no site *Outras Palavras*.

Precarização

A introdução da IA nas redações não se limita a uma transformação tecnológica; representa também um desafio ético significativo. Um caso que preocupa diretamente o trabalho jornalístico são as *deep fakes*, uma interface que escaneia o rosto de uma determinada pessoa e copia suas expressões podendo criar um vídeo “falso”, gerando assim uma série de informações falsas que não foram feitas pela pessoa copiada.

Alterações em imagens sempre foram um dilema no jornalismo, mas a criação de material com inteligência artificial eleva essa preocupação a um outro patamar. O assunto é relativamente novo, mas os impactos começam a ser percebidos na rotina dos jornalistas em todas as áreas.

Preservar a ética, a diversidade de vozes e a qualidade da informação torna-se imperativo em um contexto de rápida evolução tecnológica e desafios sociais crescentes. Afinal, o uso da ferramenta em si não pode ser um artifício para a substituição de profissionais nas redações, aumentando assim a exploração dos trabalhadores e os lucros das empresas de comunicação. ●

* Os nomes citados nesta reportagem são fictícios, para proteger a identidade das e dos jornalistas

COJIRA

© PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



O busto de Luiz Gama foi o ponto de partida da caminhada, que se encerrou no auditório Vladimir Herzog

HISTÓRIAS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Documentário sobre Luiz Gama foi exibido no auditório Vladimir Herzog, dia 21 de junho, celebrando os 194 anos de nascimento do abolitionista negro

por Claudia Alexandre

Caminhada Luiz Gama Imortal, o primeiro episódio da web série *Liberdade ou Morte: histórias que a História não conta*, foi lançado no último dia 21 de junho, no auditório do SJSP. A programação teve início com um ato público no Largo do Arouche onde está localizado o busto do abolitionista Luiz Gama, nascido em 21/06/1830, seguido de uma caminhada até a sede do sindicato, onde ocorreu a exibição do vídeo para a celebração dos 194 anos de nascimento do homenageado.

A web série tem realização do Instituto Tebas de Educação e Cultura (ITEC) e foi dirigida pelo antropólogo e documentarista, Alexandre Kishimoto, com textos do jornalista e coordenador do ITEC, Abílio Ferreira. O projeto foi financiado por emenda parlamentar da vereadora Luana Alves, executada pelo Farol Antirracista, política pública da Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo (SMRI). O evento contou com o apoio da Cojira SP - Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial, do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

Liberdade ou Morte é composta por sete episódios, com narrativas distintas. Cada enredo tem referência crítica às programações do bicentenário da independência comemorado em 2022, razão pela qual reúne documentos, imagens, textos e depoimentos de representantes de movimentos sociais organizados e atividades que mostram outra realidade da história oficial. A história não contada e transformada em narrativas antirracistas compõe os episódios que estarão à disposição do grande público. Os outros seis títulos serão: *Marcha Noturna Pela Democracia Racial*; *Cerco Indígena a Piratininga*; *Cortejo em Memória de Chaguinhas*; *Marcha das Mulheres Negras*; *Marcha do Dia da Consciência Negra e Movimento Mobiliza Saracura Vai-Vai*.

Todos os episódios ficarão disponíveis no site www.institutotebas.org.br, ao longo do segundo semestre de 2024, em datas a serem divulgadas na própria página.

A ideia principal é mostrar o protagonismo negro-indígena paulistano, no Triângulo Histórico de São Paulo e no Bairro da Liberdade, territórios considerados representativos das contradições do projeto de nação forjado a partir da Proclamação da Independência do Brasil. “Lançamos mãos dessas três linguagens – vídeo, foto e texto, para narrar de que maneira a agenda do movimento negro-indígena paulistano dialoga com o processo histórico de interpretação do Brasil, tendo como marco referencial o slogan do grito do Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822. As peculiaridades das três linguagens se articulam, mediadas por um conteúdo comum que é a agenda mencionada. Entretanto, caberá à narrativa textual explicar as relações existentes entre essa agenda e os acontecimentos ocorridos ao longo de dois séculos de fundação do projeto brasileiro de nação”, disse Abílio Ferreira.

Cada um dos episódios é constituído de duas obras artísticas, isto é, duas abordagens diferentes do mesmo tema: um ensaio de imagens do fotógrafo João Leoci, combinado com uma crônica de autoria do escritor Abílio Ferreira; e um audiovisual de Alexandre Kishimoto. A direção musical é do cantor e compositor Aloysio Letra e a identidade visual foi criada pelo designer Danilo de Paulo.

A expressão “*Liberdade ou Morte*” remete ao lema da Revolução do Haiti (1791-1804), numa interpretação crítica do projeto de nação veiculado pelo grito do Ipiranga (Independência ou Morte), cujo bicentenário foi comemorado em 2022, em plena retomada das mobilizações coletivas pós-pandemia. Já o subtítulo “*histórias que a História não conta*” lembra um dos versos do emblemático samba-enredo da

Mangueira *História pra ninar gente grande*, campeã do carnaval carioca de 2019.

Para os produtores, o projeto também tem a preocupação de dar acesso a um conjunto de informações acerca do protagonismo negro-indígena em locais de significação histórica e destacar a vocação educadora do movimento negro brasileiro, como um produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil, seguindo o pensamento da ativista e educadora Nilma Lino Gomes.

No dia 17 de maio de 2018, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, órgão do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, reconheceu Luiz Gama, oficialmente, como um integrante da categoria.

Caminhada Luiz Gama Imortal

O primeiro episódio, que tem o título de *Caminhada Luiz Gama Imortal*, narra a celebração da memória do escritor, jornalista, advogado, líder abolicionista e republicano. Para se ter ideia do prestígio de Gama, ainda na São Paulo escravista do século XIX, basta lembrar que o seu funeral, realizado no dia 25 de agosto de 1882, mobilizou cerca de três mil pessoas (10% da população paulistana de então) de diferentes segmentos sociais e econômicos, que fizeram a pé todo o percurso de seis quilômetros, do bairro do Brás, onde ele morava, até o Cemitério da Consolação.

A palavra “PROGRESSO” aparece na inscrição do pedestal do seu imponente busto. É o nome do jornal editado a partir de 1928, por integrantes do Movimento Negro jornalístico, literário e carnavalesco de São Paulo, com o objetivo de arrecadar recursos para confeccionar um busto em celebração do centenário de nascimento de Gama. O monumento foi instalado no Largo do Arouche, em novembro de 1931, com quase um ano e meio de atraso em relação à meta de 21 de junho de 1930, mas com grande mobilização da sociedade paulistana e ampla cobertura da imprensa.

No dia 21 de junho de 1991, quase 60 anos depois dessa intervenção jornalístico-literária que invadira o Largo do Arouche pela primeira vez, um grupo de escritores ligados ao movimento da Literatura Negra Brasileira criou o projeto Rhumor Negro, para celebrar, em caminhadas anuais entre o Largo do Arouche e o Cemitério da Consolação, acompanhadas da declamação de poemas, a ousadia da poesia e do jornalismo satíricos de Luiz Gama, autor do livro *Primeiras trovas burlescas de Getulino* (1859), e criador, em 1864, junto com o desenhista italiano Ângelo Agostini, do *Diabo Coxo*, primeiro jornal humorístico ilustrado da história da imprensa paulistana.

A caminhada de Luiz Gama é feita com regularidade, ora comemorando o seu nascimento, em junho, ora celebrando a sua imortalidade, em agosto. ●

UM TRIBUTO AUDIOVISUAL À HISTÓRIA E LEGADO DO LÍDER ABOLICIONISTA, LUIZ GAMA AGORA DISPONÍVEL NA WEB SÉRIE 'LIBERDADE OU MORTE'

ENTREVISTA

LUCIANA CONFORTI,

presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho)

por Eduardo Viné Boldt,
Paulo Zocchi e
Raphael Maia

Os jornalistas, no país todo, enfrentam há anos uma crescente precarização de suas condições de trabalho, com a redução das redações, a flexibilização da jornada de trabalho e das escalas, os baixos salários. Há uma situação particular, de difícil enfrentamento sindical, que se ampliou e ganhou o nome de “pejotização”: mesmo quando o jornalista é, na prática, funcionário de uma empresa – dando expediente diário, respondendo à chefia, ganhando salário –, recebe a exigência de abrir uma empresa, com CNPJ, para “prestar serviço”, como se não fosse ele próprio um empregado. Ele vira assim uma “pessoa jurídica”, o PJ.

As empresas buscam dessa forma baratear seus custos com mão-de-obra, contornando a legislação trabalhista. Querem seduzir profissionais com a conversa de que terão vantagem pagando menos impostos como PJs do que seria com o Imposto de Renda. Na prática, os jornalistas perdem os direitos trabalhistas – 13º salário, férias, aposentadoria, FGTS, multas por atraso no pagamento dos salários previstos em lei e nos acordos sindicais, e o próprio direito à representação por meio do Sindicato. Tudo isso só volta a ser obtido, em termos legais, quando se ganha uma ação recuperando o vínculo empregatício.

Por isso, a categoria acompanha com enorme atenção os julgamentos das ações por vínculo, nas quais PJs buscam fazer a Justiça reconhecer as características do vínculo empregatício negado por empregadores. E tem causado crescente preocupação recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) anulando sentenças da Justiça do Trabalho que reconhecem o vínculo, baseando-se exclusivamente no entendimento da legalidade das terceirizações (lei de março de 2017).

Essa preocupação é compartilhada pela desembargadora Luciana Conforti, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco) e presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Desembargadores da Justiça do Trabalho), com quem nosso Sindicato e a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) reuniram-se para debater o cenário dessas decisões.

Falando ao jornal “Unidade”, a desembargadora reafirmou a importância do vínculo empregatício e sua plena vigência, explicou em detalhes as decisões do Supremo, suas consequências e seus limites, e defendeu enfaticamente a competência da Justiça do Trabalho, cujas atribuições para atuar no âmbito das relações de trabalho são fixadas na Constituição. Luciana Conforti concedeu esta entrevista em 28 de junho, por teleconferência.

**“O VÍNCULO
TRABALHISTA
NÃO ACABOU”**

ENTREVISTA

Unidade Nos últimos meses, seguidas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) cassaram sentenças da Justiça do Trabalho reconhecendo vínculo empregatício a pessoas em situação de pejetização ou de freelancer. O vínculo empregatício acabou no Brasil?

Luciana Conforti O vínculo trabalhista não acabou, mas é certo que essas decisões têm impactado o que se entende sobre vínculos de emprego, de subordinação, sobre os requisitos do contrato de trabalho. O que tem lastreado as decisões? A percepção de que um contrato formal, mesmo que seja uma pessoa física que virou uma pessoa jurídica, não alcançaria um vínculo de emprego. E que mesmo que se declare que haja nulidade ou fraude contratual, isso deveria ser da competência da Justiça Comum. Seria uma mudança paradigmática, digamos assim, e tem nos preocupado bastante, porque isso afeta profundamente a competência da Justiça do Trabalho, que é constitucional.

Temos aí uma CLT que não foi revogada. Ela diz exatamente quais são os critérios para se considerar um contrato de trabalho. Para que você alcance isso, precisa ver as provas, ouvir as testemunhas, analisar os documentos. Isso sempre foi da competência da Justiça do Trabalho e não da Justiça Comum. Essa preocupação tem nos tomado, e por isso tantas iniciativas para tentar convencer que estamos indo para um caminho que esvazia a competência constitucional da Justiça do Trabalho.

Unidade Quando um empregador contrata um funcionário, mas não registra em carteira, ele adota procedimentos para camuflar o vínculo. Se o trabalhador entrar com uma ação pedindo vínculo, que características a Justiça do Trabalho vai buscar para considerar que há vínculo? Quais são os requisitos que ela vai analisar?

LC A dependência econômica, a subordinação direta, a prestação de serviços contínua. São os requisitos que estão no Artigo 3º da CLT para considerar um empregado. No Artigo 2º, também se diz quem é o empregador. O que nós estamos vendo é que, na verdade, esses requisitos não estão sendo considerados quando existe um contrato, seja ele qual for, quando há uma pejetização. Esses critérios acabam sendo colocados em segundo plano, porque, além de terem considerado que não há vínculo de emprego, em alguns casos estão dizendo que, ainda que se alegue nulidade, o caso seria da Justiça Comum. Isso é uma grande preocupação, porque os requisitos estão na CLT: contrato contínuo, em que há pagamento de salário, dependência econômica, subordinação, e você vai ver caso a caso. Não há como dizer genericamente se há, se não há, sem olhar o caso concreto. Essa é a questão principal.



© DIVULGAÇÃO

Visita da Fenaj e de Sindicatos dos Jornalistas à Anamatra, em 25 de abril, em Brasília: Thiago Tanji (SJSP), Alexandre Lino (Sindjournal), Solange Santana (SJSP), Valter Pugliesi (Anamatra), Luciana Conforti (Anamatra), Samira de Castro (Fenaj), Márcia Quintanilha (SJSP), Eduardo Viné (SJSP) e Ricardo Andreto (Norte do Paraná)

Unidade O fato de a pessoa ter o vínculo escamoteado, seja como PJ ou frila, tem um aspecto incontornável que é a personalidade. A empresa quer o trabalho daquela(o) jornalista, e não de outra(o). A personalidade em si já não é suficiente para descaracterizar a pessoa como PJ?

LC A personalidade é muito importante, mas sozinha não caracteriza o vínculo. O exemplo é o trabalhador autônomo. Ele tem personalidade, mas não necessariamente vínculo de emprego quando é realmente autônomo. Por isso é importante analisar todos os elementos: em que contexto a pessoa está inserida, qual era a atividade dela, a quem estava subordinada, como eram feitos os pagamentos.

O artigo 3º da CLT diz o seguinte: “Considera-se empregado toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual”. Se for eventualmente, eu chamo um freelancer. Ouvi vocês dizerem uma palavra com a qual fiquei surpresa: “freelancer fixo, não é?” Para mim, é uma incoerência, um paradoxo. Tenho que me atualizar, e agradeço. Aprendi mais uma.

Unidade Como sindicato, enfrentamos diferentes situações. Temos PJs que dão notas mas não têm contrato, ao lado de um que tem contrato e, de um terceiro, pessoa física sem registro. Todos têm jornada diária, com personalidade, chefia e salário. São diferentes situações de informalidade. Nesse contexto, o fato de ter contrato dificulta a ação de vínculo?

LC Dificulta. Mas não deveria dificultar, não é? Porque, sendo fraude, a Justiça deveria analisar os contratos e declarar a nulidade. Mas, em algumas decisões do Supremo, não são todos que agem assim. Por exemplo, o ministro André Mendonça considerou a questão do contrato importante para desconsiderar o vínculo de emprego. E já houve ação em que, como não havia um contrato escrito, ele não aco-

lheu a reclamação constitucional. Então, eu diria que ter o contrato dificulta, porque quanto mais formalização houver da situação – ainda que seja para mascarar, como foi mencionado –, segundo essas decisões do STF, vai dificultando esse reconhecimento ou remetendo qualquer análise da desconstrução da relação de pessoa jurídica para a Justiça Comum.

Essa parte de mandar ou não para a Justiça Comum não é uma questão pacificada, nem a questão de considerar o contrato como um agravante para se afastar o vínculo de emprego. O mais importante a ser destacado é que esses entendimentos têm sido aplicados de modo ampliado em relação aos precedentes do Supremo. Entendemos que essa questão da pejetização não está inserida no precedente da terceirização.

Unidade O que significa “inserida no precedente”?

LC Todas as decisões proferidas, vocês já devem ter visto, colocam assim: “O Supremo Tribunal Federal já decidiu, no Tema 725, que trata de terceirização – no tema do salão de beleza parceiro, no tema dos transportadores de carga autônomo – que existem outras formas de contratação além do vínculo de emprego”, e colocam a pejetização como se já tivesse sido apreciada nesses casos que tiveram repercussão geral, ou seja, naqueles casos em que o Supremo já apreciou a matéria com efeito vinculante. Nem tudo que o Supremo aprecia tem efeito vinculante.

Unidade Embora a gente não concorde, a atual legislação permite terceirização de atividade fim.

LC Isso está pacificado. Qualquer tipo de terceirização, seja de atividade meio ou de atividade fim, e para qualquer tipo de atividade. Está pacificada com o Tema 725, com repercussão geral.

Unidade Se uma empresa decide terceirizar parte do trabalho jornalístico, o Sindicato se opõe, mas sabemos que a empresa, legalmente, pode fazer isso, desde que contrate a empresa terceira aloque profissionais contratados por ela para desenvolver o trabalho. Logo, esses profissionais teriam registro em carteira e direitos trabalhistas.

LC Isso mesmo.

Unidade A questão, porém, é que quando se julga uma situação com características de vínculo, usa-se o precedente da terceirização para dizer que a questão já está resolvida, quando na verdade aqui o problema é de vínculo e não de terceirização. Seria isso?

LC Exatamente. Em termos de terceirização, a questão é que, aquele precedente, quando o caso foi julgado, tratava de uma empresa contratando outra empresa para prestar seus serviços de forma especializada. E existe também na legislação os requisitos para se considerar uma empresa terceirizada: ela tem que ter um capital social mínimo, entre outros pontos. Volto a dizer: trata-se de uma empresa contratando outra; logo, não é o caso de uma empresa contratando uma pessoa física que virou PJ, não é? E os requisitos que se exige para a terceirização também não têm sido apreciados nesses julgamentos. Por isso, temos insistido que houve uma ampliação da interpretação do que está inserido no precedente da terceirização. Houve também uma ampliação da interpretação do cabimento da reclamação constitucional, um ponto muito importante para tocarmos, porque a maioria das decisões que têm cassado vínculos de emprego são de reclamações constitucionais, que legalmente também têm requisitos muito estreitos para serem admitidas. Isso tem realmente nos informado, digamos assim, e não é uma resistência ao que está pacificado.

“

Unidade Quais requisitos das reclamações constitucionais não vêm sendo observados pelo STF?

LC Estão ampliando a hipótese de cabimento. Por exemplo, uma reclamação constitucional não poderia ser usada como recurso. Vemos que, em alguns casos, é um mero recurso, e tem sido acolhido pela Corte. Qual é um dos principais requisitos? Aderência estrita, ou seja, a reclamação só pode ser acolhida se, naquele caso em que estou reclamando, houve um desrespeito do precedente, quer dizer, exatamente aquele caso do precedente. Estamos vendo decisões em casos diferentes. Portanto, a reclamação não deveria ser acolhida. É uma coisa muito clara, não é? Infelizmente, não temos conseguido, digamos, ultrapassar esse óbice. Ou melhor, os dois óbices: primeiro, que os precedentes não tratam dos mesmos casos, e segundo, que as reclamações constitucionais não deveriam estar sendo acolhidas para tratar desses casos.

Já houve decisão de 1ª Instância da Justiça do Trabalho cassada, o que significa que a reclamação constitucional virou recurso, com um custo muito menor para a empresa do que se tivesse que recolher os depósitos recursais. Se a parte teve uma decisão desfavorável e ainda há recurso, não cabe reclamação constitucional.

Pesquisas recentes da Fundação Getúlio Vargas e também da USP, em convênio com a Anamatra, demonstram que as reclamações têm sido admitidas em casos não previstos.

Unidade Queremos citar um caso do nosso Sindicato. É uma ação de vínculo, vitoriosa em todas as instâncias. A empresa entrou no STF com uma reclamação constitucional. Além de não respeitar a aderência estrita da reclamação, como a senhora disse, acontece ainda – para nossa insatisfação e incredulidade – que o próprio procedimento das reclamações está sendo atropelado: um ministro está dando uma decisão definitiva de pronto, sem sequer intimar a parte contrária. É uma decisão de surpresa, sem o devido processo legal, sem o contraditório. Três instâncias da Justiça do Trabalho analisaram por anos as provas e os fatos. Tudo isso é simplesmente ignorado, e o caso está transitando em julgado sem a participação do beneficiário. A senhora teve conhecimento de casos assim?

LC Tive. Haveria vários casos para comentar. É importante dizer que a Constituição fala que, acolhida a reclamação constitucional, o processo deveria voltar à Justiça de origem para novo julgamento. E não só a reclamação tem sido acolhida, como se cassa a decisão da Justiça do Trabalho e se julga imediatamente improcedente, sem remeter de volta às instâncias da Justiça. Eu analisei um caso que me deixou um pouco reflexiva, digamos as-

PESSOA JURÍDICA NÃO TEM COR, NÃO TEM RAÇA, NÃO SOFRE DANO... SE VOCÊ ANALISAR, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS FICAM DESPROTEGIDOS QUANDO A PESSOA VIRA 'PESSOA JURÍDICA'

[REDACTED]

sim: aquele caso da [Raquel] Sheherazade. Ela tinha a alegação de vínculo, mas também tinha uma alegação de dano moral por misoginia. A partir do momento em que entenderam que não havia vínculo, a decisão do ministro foi de julgar improcedente a reclamação. Mas o dano moral, em tese, deveria ser mantido, não é? Porque uma coisa é não ter vínculo, mas e o dano moral, que já tinha sido apreciado e concedido? Ele permaneceria, em tese, a não ser que entendam que, por ela ser uma “pessoa jurídica” – o que é uma ficção, porque era uma “pessoa jurídica” de uma pessoa só – não sofre dano moral. O que está no bojo disso? Pessoa jurídica realmente não tem cor, não tem raça, não sofre dano... Então, isso vai muito além: se você analisar, os direitos fundamentais estariam desprotegidos porque a pessoa virou “pessoa jurídica”.

Achei um prejuízo muito grande essa discussão do dano que a pessoa sofreu e que tinha sido reconhecido. E não estou dizendo que houve, ou que não houve, mas é um dano reconhecido judicialmente, e simplesmente se julgou improcedente a reclamação, não só com relação vínculo, mas com relação ao dano moral também. Fiquei realmente muito reflexiva com o futuro desses processos...

Vocês, claro, defendem o segmento de vocês. Mas isso tem se espalhado para vários segmentos.

Unidade Vemos uma situação de ataque ao estatuto do vínculo empregatício. Nesse contexto, o valor da remuneração pesa? Pois, se isso se generaliza, daqui a pouco a pessoa haverá todo tipo de trabalhador sendo MEI, ganhando menos que um salário mínimo e realizando jornadas intermináveis. Nessas decisões do STF, vocês observam que pesa o valor da remuneração ou isso não tem relevância?

LC Eu acredito que sim. Talvez não para todos os ministros, mas alguns têm feito essa distinção. Citemos novamente dois casos de jornalistas, Sheherazade e Hermano Henning, pois consideraram que não se poderia falar em fraude, porque recebiam valores consideráveis, e que eram pessoas esclarecidas, que sabiam o que estavam fazendo, e optaram por esse sistema inclusive para se beneficiarem no Imposto de Renda. Alguns têm esse entendimento. Como se dissessem: “Vamos fazer essa distinção para separar o que é o hipersuficiente daquele que deve ser protegido”.

Mas há outra coisa que não está sendo observada. A legislação, após a Reforma Trabalhista, considera que uma pessoa não precisaria de proteção, digamos assim, quando recebe acima de dois tetos da Previdência (R\$ 15.572,00 mensais hoje). Mas também diz que tem que ter diploma de ensino superior, e isso não tem sido considerado.

Unidade Neste caso citado aqui do Sindicato a pessoa era um jornalista que a gente chama de “chão de fábrica”, de pauta de TV, com salário abaixo de 10 mil mensais, e entrou nessa vala comum do STF.

LC Pronto, porque alguns ministros não têm mesmo feito essa distinção. Alguns fazem, alguns não fazem. O ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, diz que está tudo no precedente e não faz a distinção. Já o ministro Flavio Dino, em alguns casos, faz. Esses dias teve um reconhecimento, não me lembro qual foi o ministro, da terceirização de um gari PJ. Um gari MEI!? Então, para a faxineira, para a empregada doméstica, é um risco muito grande. O que essas decisões estão comunicando para a sociedade e para os próprios contratantes? Basta que você exija que o empregado vire MEI que não precisa cumprir a legislação trabalhista?

Já houve uma manifestação de risco fiscal pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em um parecer. Infelizmente, o processo acabou extinto. E existe uma nota técnica da Fundação Getúlio Vargas sobre os impactos da pejetização para a arrecadação tributária. Acho até que seria importante a distinção para salários acima de um tanto. Porque senão qualquer pessoa PJ poderá ser integrada a esse entendimento, o que é muito prejudicial à questão tributária e à questão social. As pessoas ficariam sem proteção social, e haveria um completo desvirtuamento da legislação trabalhista, e ela está vigente. A legislação trabalhista não é uma opção de quem contrata. Ela tem que ser observada.

Unidade O que fazer com relação a essas decisões do Supremo?

LC Somos uma associação, e temos, assim como vocês, um trabalho político

associativo. No nosso caso, nossa tentativa é de convencimento de que estamos indo por um caminho que não deveríamos, com visitas, entrega de pesquisas, contatos. A sociedade tem que se apropriar desse debate. A gente está numa fase em que, embora tenha havido decisões desfavoráveis, existem divergências. Dá para construir a melhoria desse entendimento. Na hora em que vier algo com repercussão geral, podem se passar anos até constatarem que houve uma ampliação muito grande ou um equívoco.

É ainda importante integrar outros atores nesse debate, como a Procuradoria Geral da República, que atua no Supremo Tribunal Federal, e a OAB Nacional, na defesa da competência da Justiça do Trabalho. Além da Anamatra, já houve manifestação da OAB São Paulo e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Unidade O Tribunal Superior do Trabalho está atuando em relação a este tema?

LC O TST tem feito eventos a respeito. Há falas de ministros sobre a questão da competência. Agora, é sempre uma abordagem institucional, de forma diplomática, para que não se alimente essa ideia de enfrentamento. Há reportagens e alegações por parte dos contratantes afirmando que a Justiça do Trabalho enfrenta decisões do STF, que as desrespeita. A gente se coloca da seguinte forma: não há enfrentamento, nem desrespeito. Entendemos que há uma divergência de interpretação, pois houve a ampliação de decisões para inserir o que não estava no precedente, e também para admitir reclamações constitucionais em situações em que não deveriam ser admitidas. Há um trabalho difícil pela frente, mas acredito no engajamento social para que a gente supere essas dificuldades. ●

O QUE DIZ A CLT

O empregado (art. 3º) – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Parágrafo único – Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

O empregador (art. 2º) – Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. (...)

[REDACTED]

BALANÇO DA GESTÃO

O SINDICATO EXISTE,
JORNALISTAS RESISTEM!

© SABRINA TEIXEIRA

Em maio o SJSP esteve junto aos mais de 20 mil participantes na Marcha da classe trabalhadora em Brasília

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, MESMO DIANTE DE INÚMERAS DIFICULDADES, NOSSA PROFISSÃO SE MOSTROU ESSENCIAL PARA A LIVRE CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PARA A DEMOCRACIA. E O SINDICATO DOS JORNALISTAS SE PROVOU COMO FERRAMENTA ESSENCIAL DE DEFESA DA NOSSA CATEGORIA

por Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

No dia 23 de agosto de 2021, um grupo de 67 jornalistas de todo o estado de São Paulo assumiu o compromisso de representar sua categoria para um mandato de três anos na direção de nosso Sindicato. Essa tarefa, que por si só não é fácil, ganhava algumas escalas de complexidade por fatores nada triviais: de forma inédita, tanto o processo eleitoral quanto o ato de posse da nova diretoria tiveram de ser realizados de maneira virtual, por conta da pandemia que naquele momento vitimara 575 mil brasileiras e brasileiros (incluindo centenas de jornalistas que, no exercício de sua profissão, morreram de covid-19). Se a tragédia causada pela pandemia já era motivo suficiente para pressionar o dia a dia da categoria e ampliar os desafios do trabalho sindical — que precisou se adaptar ao modelo virtual — precisávamos também resistir ao governo de Jair Bolsonaro, que desde o primeiro dia de seu mandato nos elegeu como inimigos que deveriam ser calados ou mesmo destruídos.

Com esse quadro nada animador, corríamos risco de esmorecer, nos cansarmos de continuar lutando em batalhas desiguais ou de adotar o simples discurso de que “não é possível fazer trabalho sindical porque jornalista não se vê como trabalhador(a)”. Mas graças ao empenho coletivo e à permanente esperança de que apenas a luta é capaz de mudar nossa realidade para melhor, chegamos ao final do mandato desta Diretoria com o sentimento de que o dever foi cumprido, mesmo com tantas dificuldades e limitações.

No início da gestão, foi estabelecido como principal objetivo dar continuidade à permanente construção do Sindicato, para que nossa entidade seja sempre uma referência para a nossa categoria. Isso pode parecer uma meta abstrata quando não é acompanhada do trabalho concreto com jornalistas que enfrentam realidades de trabalho tão distintas em todo o estado

de São Paulo. Felizmente, a luta deu bastante materialidade às nossas aspirações: meses depois de iniciar o mandato, em novembro de 2021, após a realização de assembleias virtuais com centenas de colegas, realizamos uma histórica paralisação durante a Campanha Salarial de Jornais e Revistas da Capital, mobilização que não acontecia em nossa categoria havia décadas! Nesse mesmo período, organizamos também a mais longa greve na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em defesa de seus trabalhadores e trabalhadoras e da comunicação pública.

A partir daí, a luta não parou. Organizamos nossa categoria em todo o estado de São Paulo, realizando negociações diretas com mais de 50 empresas, lutando contra demissões, denunciando e combatendo diferentes formas de precarização das relações de trabalho e, graças ao apoio fundamental de nosso Departamento Jurídico, conquistando expressivas vitórias, como no caso do pagamento de verbas trabalhistas devidas pela Editora 3 a centenas de jornalistas, em um processo que se arrastava por anos a fio.

Representamos a categoria não apenas nas redações, mas também na defesa de seu exercício profissional: diante dos ataques de Bolsonaro e seus aliados contra profissionais de imprensa, nos unimos à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e demais entidades jornalísticas para realizar atividades e publicar manifestos a favor da democracia e do jornalismo. Em 2022, ainda exercendo a Presidência da República, Bolsonaro foi condenado por danos morais coletivos à nossa categoria, em ação judicial movida pelo SJSP. Nas eleições gerais mais difíceis de nossa História, em outubro de 2022, nosso Sindicato não se furtou em afirmar que tínhamos lado diante da ameaça da barbárie e do arbítrio: com a força do povo brasileiro, lutamos pela vitória do companheiro Lula e a derrota eleitoral de Bolsonaro.

Nosso histórico compromisso em defesa da democracia e dos Direitos Humanos se estendeu também às lutas de nossa categoria

ao redor do planeta. Organizamos e participamos de atividades locais em defesa de Julian Assange, que passou mais de quatro anos aprisionado no Reino Unido simplesmente por realizar o seu trabalho profissional e foi recentemente libertado em uma grande vitória para a nossa profissão. Desde o final do ano passado, denunciemos o assassinato de mais de uma centena de jornalistas palestinos pelo exército de Israel, por meio de um grande ato realizado na sede de nosso Sindicato, em fevereiro de 2024, e de outras atividades e iniciativas em defesa das e dos trabalhadores palestinos. Recentemente, nos solidarizamos com a luta das e dos jornalistas argentinos, que resistem aos ataques do governo de extrema direita de Javier Milei: assim como Bolsonaro, ele tenta destruir a comunicação pública do país, com a privatização da Agência Télam e da TV Pública da Argentina.

O sentimento geral de que a atual direção do Sindicato “deu conta do recado”, entretanto, não nos faz esquecer das tarefas que não conseguimos avançar nesses três anos. A sustentabilidade financeira de nossa entidade ainda é um fator de grande pressão e permanente preocupação: apesar do recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou constitucional o recolhimento da contribuição negocial ter atenuado o caixa do Sindicato (principalmente com a entrada da taxa de contribuição negocial advinda da Convenção Coletiva de Rádio e TV), as receitas estão aquém das necessidades estruturais da entidade, como a contratação de mais funcionários(as) para atender as demandas da categoria e a realização de ações e atividades sindicais que necessitam de algum orçamento.

Neste particular assunto, relembramos com enorme carinho e saudade de nosso companheiro Cláudio Soares, secretário de Finanças e Administração, que nos deixou de maneira precoce e súbita no dia 27 de outubro do ano passado. Com um trabalho metódico de adequar as contas da entidade e dinamizar os processos internos, Cláudio nos deixou uma permanente lição de compromisso ao gerenciar da maneira mais transparente e eficiente possível o dinheiro que não pertence ao Sindicato, mas à categoria; e que, para melhorar nossas contas, devemos encontrar maneiras de sindicalizar nossos colegas, com um permanente trabalho de comunicação, convencimento e ação política.

Além das questões financeiras, temos ainda lacunas na representação da categoria em diferentes locais de trabalho, como nas empresas digitais, nas assessorias de imprensa e no diálogo com jornalistas que enfrentam a precarização explícita da pejetização ou daquela(e)s que realizam seu trabalho de maneira autônoma. Diante disso, precisamos aprimorar nossa capacidade de diálogo e de escuta ativa da categoria, para entender como é possível realizar não apenas a aproximação, mas a efetiva defesa dessa expressiva parcela de profissionais.

As tarefas que ficam para a próxima gestão do Sindicato, como se pode notar, continuam bastante desafiadoras. Mas uma certeza nós temos: o trabalho jornalístico é e continuará sendo essencial para o povo brasileiro. E o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo é e continuará sendo essencial na defesa e representação de nossa categoria. Leia a seguir um pequeno resumo das principais ações da entidade nesses últimos três anos:

Campanhas Salariais

Além da histórica paralisação em Jornais e Revistas da Capital, em novembro de 2021, realizamos mobilizações importantes nas campanhas salariais do segmento de Rádio e TV, com ações nas portas das emissoras, contando com a participação da categoria. Em um cenário de inflação elevada (sobretudo nos anos de 2021 e 2022), conseguimos lutar pela reposição salarial para a maior parte das e dos jornalistas, além da reconquista de direitos, como no caso do Quinquênio para profissionais de Rádio e TV. Na Campanha Salarial de Jornais e Revistas do Interior, após uma longa batalha para que o sindicato patronal voltasse à mesa de negociação, estabelecemos negociações para a renovação da Convenção Coletiva em 2024, que ainda não foram concluídas.

APESAR DA AVALIAÇÃO POSITIVA, O SJSP TEM CONSCIÊNCIA DE QUE PRECISA AVANÇAR NO TRABALHO COM JORNALISTAS AUTÔNOMOS, EM EMPRESAS DIGITAIS E ASSESSORIAS DE IMPRENSA



Defesa da Comunicação Pública

As trabalhadoras e trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) desempenharam papel ativo na resistência às tentativas de liquidação da comunicação pública durante o governo Bolsonaro, realizando manifestações e a mais longa greve da história da EBC. Com a eleição de Lula, a categoria manteve sua luta para a reconquista de direitos e a reconstrução de políticas que de fato promovam jornalismo de qualidade e de interesse público. No estado de São Paulo, organizamos as e os jornalistas da Fundação Padre Anchieta, gestora da Rádio e TV Cultura, na batalha por reajustes salariais e contratação de centenas de profissionais registrados como “PJs” e eventuais. Após a liquidação da Imprensa Oficial promovida pelo governo Doria-Garcia, seguimos na defesa das e dos jornalistas remanescentes que foram “absorvidos” de modo truculento e arbitrário pela Prodesp.

PEC do Diploma e taxação das Big Techs

Como maior entidade sindical filiada à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), mantivemos uma estreita atuação nas lutas de interesse das e dos jornalistas em todo o país. Em 2022, sob a coordenação da Fenaj, relançamos a campanha em apoio à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 206/2012 - PEC do Diploma, com o objetivo de retomar a exigência de formação superior em jornalismo para o exercício da profissão para as próximas gerações, necessidade fundamental para valorização e qualificação da profissão. Junto com a Fenaj e a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), também construímos propostas para a taxação das plataformas digitais como uma maneira de avançarmos na sustentabilidade da atividade jornalística, a partir da criação do Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo.

Defesa das condições de trabalho e saúde

Diante de recorrentes episódios de demissões em massa, atrasos salariais e casos de assédio moral e sexual, representamos a categoria com a assistência de nosso Departamento Jurídico para lutar contra as arbitrariedades cometidas pelos patrões. Em um cenário de deterioração das condições de vida de nossa categoria, juntamente com a Fenaj e em parceria com a Fundacentro (órgão do governo federal que realiza ações ligadas à prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho), elaboramos uma pesquisa sobre as condições da saúde mental de nossa categoria, para que possamos formular políticas sindicais capazes de proteger as e os jornalistas de todas as formas de assédio.

Comunicação e Cultura

Para aproximar as e os jornalistas do Sindicato e fazer do Auditório Vladimir Herzog um espaço vivo, lançamos em abril de 2023 a Biblioteca Milton Bellintani, que tem o objetivo de reunir livros escritos por jornalistas nos diferentes gêneros literários. Nos últimos meses, organizamos e estimulamos a realização de lançamentos de livros, saraus e debates em nossa sede. Também nos somamos à organização do Cineclubes Vladimir Herzog, promovendo periodicamente exibições de curtas metragem, documentários e filmes de ficção, seguidos por debates com diretores(as), roteiristas e atores(as).

PROCESSO ELEITORAL

© EDUARDO VINÉ BOLDT



Comissão Eleitoral do Sindicato (Paulo Zocchi, Caroline Beraldo, João Marques, Décio Trujillo e Thiago Barolli) recebe do presidente do Sindicato, Thiago Tanji, a inscrição da Chapa 1, encabeçada por ele: compromisso de avançar na luta pelos direitos da categoria

CHAPA 1 – RESISTIR, LUTAR E AVANÇAR

PARA REPRESENTAR A CATEGORIA EM TODO O ESTADO DE SÃO PAULO DE MANEIRA CADA VEZ MELHOR, TEMOS O COMPROMISSO DE APROXIMAR AS E OS JORNALISTAS DE NOSSO SINDICATO, NA INCESSANTE LUTA POR SALÁRIOS, DIREITOS E DIGNIDADE!

Inscrita no último dia 7 de junho para as eleições de renovação da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a **Chapa 1 | RESISTIR, LUTAR E AVANÇAR** • Jornalistas em defesa do Jornalismo, Direitos e Democracia combina renovação e experiência para dar conta dos enormes desafios que nossa categoria enfrentará no próximo período. Como chapa única que concorrerá ao pleito, somamos esforços para dar continuidade à luta das últimas direções para fortalecer nossa entidade como referência na defesa das e dos jornalistas — e do Jornalismo como atividade profissional a serviço do interesse público.

Acreditamos, portanto, que o processo eleitoral que se inicia é uma importante oportunidade para dialogar e se aproximar cada vez mais de nossa categoria em todo o estado de São Paulo. É necessário que cada jornalista conheça as lutas e compromissos de nosso Sindicato, assim como é fundamental que as candidatas e candidatos ouçam e compreendam as reivindicações e demandas de profissionais que lutam e resistem diante da precarização, das demissões em massa, do assédio, da violência e da desestruturação geral da nossa atividade frente às mudanças tecnológicas e culturais.

Diante de tantos desafios, a Chapa 1 tem plena convicção de que um Sindicato forte se constrói a partir da base: ou seja, a categoria deve não apenas participar das decisões coletivas, mas ser a responsável por dirigir a entidade, acompanhando as ações do Sindicato e lutando de maneira permanente para que ele se mantenha firme, combativo e independente — razão pela qual o apoio financeiro das e dos jornalistas torna-se central. Vale esclarecer que o nosso Sindicato é independente de governos, de partidos políticos e de instituições estatais, bem como de entidades e organizações não governamentais de qualquer tipo.

Com essa autonomia, temos condições de organizar nossa categoria nos diferentes locais onde há trabalho jornalístico. Nos últimos tempos, aprendemos uma importante lição: apenas com um Sindicato forte e com uma categoria unida conquistaremos mais direitos, melhores salários e dignidade na nossa profissão!

Lutar, lutar e lutar

No último período, realizamos negociações diretas com mais de 50 empresas, fechando Convenções Coletivas e Acordos Coletivos que repuseram o poder de compra da categoria em um cenário de inflação alta. Diante dos patrões, lutamos contra demissões, condenamos a pejotização, denunciemos e combatemos diferentes formas de precarização das relações de trabalho, com mobilizações de jornalistas e com ações judiciais lideradas por nossa assessoria jurídica.

Representar a nossa categoria também é se somar às lutas das trabalhadoras e trabalhadores pela reconquista e reconstrução de direitos, reivindicando do atual governo e dos demais poderes que façam a vontade da maioria do povo. Vamos cobrar do governo federal a revogação da “reforma trabalhista”, da reforma da Previdência Social e da Lei das Terceirizações.

Continuaremos a atuar de maneira intransigente contra as formas de contratação que precarizam o trabalho do jornalista. Denunciamos a pejotização que, na maioria das vezes, constitui fraude trabalhista, por exigir das e dos jornalistas tudo aquilo que caracteriza o vínculo empregatício: a pessoalidade, a habitualidade, a subordinação e a onerosidade. Lutaremos para que a categoria possa exercer sua atividade de maneira plena, com seus direitos assegurados.

Se a precarização é cruel por si só, pior ainda fazem as empresas que sistematicamente atrasam os salários, com consequências que transcendem a esfera financeira e se infiltram na saúde mental dos trabalhadores, gerando um ciclo de sofrimento

* Este material de divulgação é de responsabilidade da Chapa 1 - Resistir, Lutar e Avançar, em cumprimento ao parágrafo 2º, inciso II, do artigo 97 do Estatuto da entidade.

e angústia. É fundamental que sejam punidas as empresas que atrasam o pagamento de salários, elas devem ser responsabilizadas pelos danos morais e financeiros causados a seus funcionários(as). Devemos lutar por ambientes de trabalho dignos, justos e saudáveis para todas e todos os jornalistas.

Neste sentido, é necessário destacar a luta de nosso Sindicato contra o assédio moral e o assédio sexual, que infelizmente ainda são tristes marcas nos mais diversos locais de trabalho, e precisam ser sistematicamente denunciados e combatidos, com a formulação de políticas sindicais capazes de proteger as e os jornalistas de todas as formas de assédio.

Diante da violência a que nossa categoria é submetida em seu exercício profissional, que se configura em agressões físicas, ameaças nos ambientes digitais, além de casos de assédio judicial, temos o objetivo de manter e ampliar canais de proteção a jornalistas, nos somando a entidades parceiras para cobrar das autoridades a devida punição aos agressores, bem como na constituição de mecanismos legais que possam coibir as ameaças à nossa profissão.

Acreditamos que o Jornalismo só poderá se firmar como ferramenta efetiva para a livre circulação de informações quando houver uma real democratização da sociedade e das instituições de Estado (como as forças policiais e o Poder Judiciário). Até por isso, uma das nossas frentes de atuação visa ampliar e consolidar a comunicação pública do Brasil, destacadamente nas lutas e na resistência construídas pelos trabalhadores e trabalhadoras da EBC, empresa pública que sofreu sucessivas tentativas de destruição nos governos Temer e Bolsonaro, e hoje luta para se reconstruir.

Outro importante campo dessa batalha é a Fundação Padre Anchieta (gestora da Rádio e TV Cultura), alvo de sucessivos ataques do governador Tarcísio de Freitas. Na Rádio e TV Cultura, a luta também é pela reconquista do Acordo Coletivo de Trabalho, com a recomposição salarial e a contratação dos profissionais pejotizados. Também continuaremos atuando ao lado das e dos jornalistas remanescentes do Diário Oficial do Estado de São Paulo, cuja redação foi “absorvida” pela Prodesp durante o governo Doria-Garcia.

Onde houver jornalista, haverá Sindicato!

Para que possamos representar bem a categoria, o trabalho sindical deve ser realizado para além das redações tradicionais. No setor público, obtivemos na última gestão importantes vitórias para que Câmaras Municipais e demais instituições públicas (como a Unicamp, por exemplo) respeitem a jornada específica de nossa profissão, de 5 horas, sem redução salarial. Temos, portanto, que ampliar o diálogo e aproximar jornalistas que atuam nesse segmento.

Reafirmamos a luta que pautou o último Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Imprensa (Enjai), realizado em Salvador em novembro de 2023: em São Paulo, vamos reunir essa expressiva parcela de trabalhadores e trabalhadoras para dizer em alto e bom som que assessor e assessora de imprensa são jornalistas!

Temos pela frente, também, o desafio de aproximar cada vez mais o Sindicato das e dos jornalistas do interior do Estado, que estão dispersos em locais de trabalho menores, seja em redações ou nas assessorias de imprensa, com menos visibilidade e mais vulneráveis aos desmandos de patrões e poderosos locais.

Queremos avançar em negociações coletivas que resultem em aprimoramento de direitos nos diferentes locais de trabalho de nossa categoria, como os sites, plataformas digitais, entidades supostamente sem fins lucrativos e sindicatos. Nas entidades sindicais, particularmente, vamos buscar o reconhecimento da importância do jornalismo profissional e dos direitos trabalhistas, procurando reverter a precarização e a pejotização no meio sindical. É necessário que todos esses segmentos profissionais se sintam pertencentes ao nosso Sindicato e se somem às nossas lutas.

PRECISAMOS APRESENTAR RESPOSTAS PARA O ATUAL MODELO DE FINANCIAMENTO DO JORNALISMO E DISCUTIR FORMAS DE ALAVANCAR ESSA ATIVIDADE ESSENCIAL PARA A DEMOCRACIA

Temos plena consciência de que a crise estrutural dos veículos tradicionais de comunicação em todo o planeta, que tem relação direta com a ascensão das plataformas digitais, exerce permanente pressão sobre a nossa categoria. O uso dos algoritmos de IA para fabricação de pseudoconteúdos jornalísticos é um enorme problema, e exigirá de nós novas respostas conjuntas. Por outro lado, é relevante qualificarmos as e os jornalistas para lidarem com as novas ferramentas de IA, tendo em vista que algumas delas – quando bem empregadas – podem se tornar aliadas da produção jornalística de qualidade.

Não adianta apenas lamentarmos cada demissão ou fechamento de uma redação. Precisamos discutir a sustentabilidade do Jornalismo e o futuro de nossa profissão, essencial para a livre circulação de informações, bem como para o fortalecimento da democracia e do debate público. É necessário que busquemos apresentar uma resposta concreta à crise do atual modelo de Jornalismo. Nossa categoria tem papel fundamental nesse debate.

Nosso compromisso

Teremos, portanto, muitos desafios adiante, o que torna urgente continuar a construir um Sindicato robusto, representativo e com “gás” renovado. Essa construção passa pelo fortalecimento da atuação do SJSP contra todas as formas de opressão, tais como racismo, LGBTQIAPN+fobia, machismo, xenofobia, intolerância religiosa e capacitismo. Isso exigirá um esforço na direção da retomada da Comissão de Mulheres Jornalistas e na criação de uma Comissão de Jornalistas pelo Orgulho LGBTQIAPN+. Bem como no fortalecimento da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), que segue na luta para cobrar do governo federal a consideração e o encaminhamento das contribuições apresentadas por diferentes entidades no que se refere às políticas de inclusão e diversidade na perspectiva da comunicação.

Precisamos consolidar nossa relação com aposentadas e aposentados da categoria e defender a aposentadoria digna (e seu poder de compra). As e os jornalistas precisam recuperar sua representatividade neste campo, apoiando a reorganização da nossa associação de aposentados, que ficou paralisada devido à pandemia de Covid-19 e, por fim, extinguiu-se na prática. A necessidade de (re)organização de veteranos e veteranas é importante devido ao aumento da parcela de jornalistas que estão se aposentando e necessitam de representatividade.

Por outro lado, também precisamos ter uma interação permanente com as e os estudantes de Jornalismo, que representam o futuro de nossa profissão e de nosso Sindicato. Devemos valorizar também o papel do jornalista docente e pesquisador acadêmico na formação e especialização de jornalistas em ambiente universitário. É necessário construir uma permanente agenda de intercâmbio e visitas às universidades de todo o Estado, para que a juventude se conecte desde o primeiro momento com as pautas de interesse da nossa categoria. Ao lado da Fenaj, lutaremos também pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 206/2012 - PEC do Diploma, com o objetivo de retomar a exigência de formação superior em jornalismo, necessidade fundamental para valorização e qualificação da profissão.

A Chapa 1 | RESISTIR, LUTAR E AVANÇAR • Jornalistas em defesa do Jornalismo, Direitos e Democracia sabe que o maior desafio é aprimorar de modo permanente a organização da nossa categoria e do nosso Sindicato. Ampliar a presença nos locais de trabalho, aumentando significativamente sua capilaridade, capacidade de representação e participação da categoria. Esses são nossos desafios, que serão renovados mediante a escuta ativa de todas, todos e todes jornalistas. Pedimos o seu voto para que juntos possamos construir um sindicato potente, capaz de RESISTIR, LUTAR E AVANÇAR. Vote Chapa 1!

COMISSÃO DE ÉTICA

BALANÇO DA GESTÃO DA
COMISSÃO DE ÉTICA 2021-24

Neste momento que fazemos um balanço sobre a gestão da atual Comissão de Ética (CE) do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, se faz necessário levantar algumas questões de fundamental importância para a categoria. Tais como o alcance e limite de ação da CE, as questões trabalhistas, que também encontram eco em atitudes ligadas diretamente a posicionamentos éticos dos profissionais que exercem o jornalismo no Brasil. Esse é o caso da atuação de jornalistas nas redes sociais, a utilização do material produzido pelas assessorias de imprensa em veículos de comunicação, o ensino da ética profissional nos cursos de jornalismo em todo país e os limites necessários ao uso da inteligência artificial que invadiu o jornalismo brasileiro.

O alcance da CE

Começamos por analisar o alcance da CE nos inúmeros casos relacionados à atuação de jornalistas no exercício profissional e na sua conduta ética no exercício da profissão. Antes, nunca é demais lembrar as duas formas de atuação da CE: a comissão pode tomar a iniciativa de instaurar procedimento ético ex-officio ou atuar reativamente, quando é acionada por colegas jornalistas ou alguém da sociedade que se sentiu atingido pela ação de algum profissional da imprensa.

Em relação a essa segunda modalidade, cumpre registrar o baixo número de denúncias recebidas ao longo deste último triênio, o que nos convida a pensar em possíveis explicações.

Uma delas, pode estar associada a um contexto excepcional: atravessamos a pandemia de Covid e a gestão de um presidente da República que tinha o jornalismo (em especial, as jornalistas) como alvo. Repórteres estavam nas ruas para informar e desmentir fake news e, ao mesmo tempo que se expunham a riscos, eram alvos de agressões e censuras. Ainda há muito a se pesquisar, mas não é difícil afirmar que as maiores falhas éticas foram praticadas contra a categoria que, por sua vez, precisou lançar mão das boas práticas jornalísticas para poder ter ao seu lado a moeda mais valorizada na

batalha informacional: a credibilidade. A hostilidade do então presidente com os profissionais de imprensa, de tão recorrente, fez com que discutíssemos e publicássemos uma nota técnica orientando os colegas envolvidos nas coberturas sobre como lidar com tais situações, mantendo tanto a defesa ética da profissão e o direito dos cidadãos à informação quanto a rejeição à truculência contra nossa profissão.

Por outro lado, a baixa procura à CE também nos convida a pensar na necessidade de ampliarmos o debate sobre a ética profissional no dia a dia das redações, bem como a divulgação dos canais de denúncia, acompanhamento e apropriação pela categoria dessa importante instância para a efetiva profissionalização do jornalismo.

Entre as poucas demandas apresentadas a essa CE, uma delas nos levou a reflexões sobre um desafio cotidiano: preservar o rigor jornalístico frente à contínua precarização do trabalho. Foi uma denúncia de plágio contra um dos maiores jornais do País, feita por uma agência de notícias esportivas.

Antes de seguirmos, um parêntese: os processos da CE são sigilosos. Vamos lembrar o caso, mas preservando os nomes dos envolvidos e nos atendo a fatos já tornados públicos. Feito o esclarecimento, sigamos em frente.

A CE estudou o processo, ouviu depoimentos e concluiu que o jornalista falhou. Quanto ao jornal, a CE não tem mandato para julgar empresas. Mas a conclusão está clara: o profissional não errou sozinho. A empresa enxugou a equipe, demitiu pessoas e permitiu que o mesmo profissional fosse responsável pela apuração, redação, edição, revisão e publicação de conteúdos na edição online. Como se isso não fosse, na prática, inviabilizar o adequado uso da técnica jornalística.

Mas o marcante nesse processo foi a pressão que a CE passou a sofrer por parte do corpo jurídico do jornal para expor o nome dos envolvidos. Uma exposição que poderia favorecer a empresa ao transferir para o jornalista o ônus de um outro processo que corre na justiça e envolve valores indenizatórios consideráveis pelo plágio.

Uma das conclusões é que a CE existe para contribuir para as melhores práticas jornalísticas, não para ser instrumentalizada pelas empresas para

isentar-se de suas decisões pautadas na precarização das relações de trabalho e do jornalismo em si.

O colega que plagiou recebeu a pena máxima. Não há precariedade que justifique copiar produto alheio. Ao fazer isso, ele, inclusive, contribuiu com o processo de precarização, criando uma forma de “oferecer” sozinho o conteúdo que deveria ser produzido por uma equipe consistente. Mas na prática, foi uma punição com consequências mais simbólicas do que práticas. Ele está impedido de filiar-se ao Sindicato, não de exercer a profissão, mesmo tendo cometido de forma consciente uma das infrações mais graves em termos de ética jornalística.

Devemos acrescentar que, após esgotadas todas as possibilidades de defesa dos acionados - e em havendo condenação - a pena máxima a ser aplicada é a expulsão do quadro de associados do sindicato ou o impedimento de ingresso em futura solicitação. Assim sendo, de maneira efetiva, como forma de coibir as práticas antiéticas, pouco efeito tem na categoria - ainda que as decisões tenham sido apensadas a processos na justiça comum como forma de corroborar acusações ou defesas. O que nos leva a uma segunda conclusão: cada vez mais, fica clara a necessidade de termos o nosso Conselho Profissional, com um poder autárquico para zelar pela ética na prática jornalística e controlar os registros, de modo que apenas profissionais comprometidos com a adequada prática sejam autorizados a exercer a profissão.

Nova realidade: redes sociais

Nos últimos anos, temos notado a necessidade do nosso Código de Ética dar respostas claras e explícitas sobre a atuação de jornalistas nas redes sociais. Temos recebido muitas denúncias contra jornalistas por suas opiniões pessoais emitidas nas redes sociais, cobrando da CE um posicionamento vigoroso e enquadramento desses profissionais à luz do Código de Ética. Mas a CE, seguindo a letra do código, só se manifesta sobre questões relacionadas à efetiva atuação profissional como jornalista em veículos de imprensa. No entanto, não dá para fechar os olhos para o fato de que muitos jornalistas fazem das redes sociais seus canais de publicação, no entanto, isso não encontra guarida em nosso código.

**A COMISSÃO DE ÉTICA
EXISTE PARA CONTRIBUIR
PARA AS MELHORES
PRÁTICAS DO EXERCÍCIO
DO JORNALISMO
E NÃO PARA SER
INSTRUMENTALIZADA
POR VEÍCULOS DE
COMUNICAÇÃO**



Escolas e o ensino de ética jornalística

Outra questão, que se faz necessária à discussão, é o papel das escolas de jornalismo no ensino da ética profissional. Notamos que muitos profissionais não têm o conhecimento e a clareza necessários sobre o nosso código de ética, o que mostra uma deficiência na formação acadêmica desses profissionais. Inclusive muitas escolas têm ministrado essa disciplina de forma online, o que compromete o aprendizado das gerações futuras de jornalistas.

Utilização do material das assessorias

Outra questão que temos notado, embora não seja exatamente uma novidade, é a utilização em várias publicações, principalmente online, do material das assessorias de imprensa e de comunicação de maneira indiscriminada e *ipsis litteris*, como se fosse produzido pelas redações dos veículos. Acreditamos que tais publicações, ao adotarem essa prática, deveriam ao menos deixar claro para seus leitores que aquele texto publicado, é material recebido e produzido por uma assessoria de imprensa, informando claramente a fonte e, se for o caso, inclusive a autoria.

Novíssima realidade: IA

Já passou da hora de discutirmos a incorporação da inteligência artificial (IA) no jornalismo. Sabemos que esse é um instrumento que veio para ficar em nossa profissão, assim como, por exemplo, já havia acontecido com o revisor ortográfico, programas de diagramação ou de edição, entre outros. Mas, quais são os limites éticos da utilização da IA? Até que ponto ela é aceitável, como mais um instrumento de trabalho, e em quais pontos deve ser vetada, visto que tem sido incorporada frequentemente não como ferramenta de trabalho, mas para atuar como se fosse um profissional do jornalismo? Essa discussão não é simples nem rápida, mas cada vez mais se faz necessária, pois a velocidade da introdução dessa tecnologia é supersônica enquanto as discussões éticas sobre sua utilização caminham a pé.

Atualização do código de ética

Frente a tudo o que expusemos aqui, para debate da categoria, sentimos a necessidade e sugerimos que em um próximo congresso de jornalistas seja lançada a discussão ou iniciada a revisão do nosso atual Código de Ética, aprovado pela categoria em 2007, dando respostas a todas essas novas questões que invadiram o jornalismo como profissão e às quais ele, infelizmente, já não oferece respostas.

Eleições para a Comissão de Ética (2024-2027)

Nos dias 7 e 8 de agosto os sindicalizados elegerão os componentes da próxima Comissão de Ética. Com mandato de 3 anos, a CE é composta por cinco associados e atua de forma independente da diretoria eleita no mesmo período, não sendo subordinada a qualquer instância do SJSP, com exceção da Assembleia Geral da categoria. No próximo pleito, o filiado votará nos candidatos nominalmente, escolhendo até cinco nomes. Conheça um pouco da biografia dos candidatos que participarão da eleição para a Comissão de Ética.

Este material de divulgação é de responsabilidade dos candidatos às vagas na Comissão de Ética, em cumprimento ao parágrafo 2º, inciso II, do artigo 97 do Estatuto da entidade.



FRANKLIN VALVERDE

Jornalista, escritor e professor universitário. Graduado pela PUC-SP, tenho mestrado em Literatura Hispano-americana (USP) e doutorado em Ciências da Comunicação (USP). Trabalhei no *Estadão*, *Folha*, Abril e Ed. Globo, e nas rádios Brasil 2000 FM, Cultura FM e Trianon AM. Atualmente edito do site *Onda Latina* e apresento do programa *Perspectiva* (Brasil Atual). Sou presidente da CE no SJSP e membro da Comissão Nacional de Ética da Fenaj. Tenho o compromisso de defender o nosso Código de Ética, combater as fake news, além de defender da livre manifestação do pensamento das/dos jornalistas.



FÁBIO VENTURINI

Jornalista pela São Judas (1998), mestre e doutor em História (PUC-SP). Trabalhei em diversas publicações, como *B2B Magazine*, *Gestão Educacional* e *Profissão Mestre*. Como professor universitário, passei pela Uniradial, Uninove, Cantareira, Anhembi Morumbi e hoje atuo na Unifesp. Candidatei-me para a CE porque o tema é basilar no restabelecimento de relações civilizadas em nosso país. Autocensura, fakenews e o uso indiscriminado de inteligência artificial colocam em risco o acesso da população à informação e ao conhecimento produzidos com critérios de fidelidade aos fatos.



JOEL SCALA

Sou Diretor do Observatório do Terceiro Setor, agência brasileira de conteúdo multimídia com foco nas temáticas sociais e nos direitos humanos. Fui repórter das rádios Globo e Capital (SP), das TVs Tupi (SP), Bandeirantes (SP) e Capital (DF), e chefe de redação da TV Gazeta (SP), editor de texto da TV Record (SP) e apresentador do programa *Falando em Saúde*, na Alltv. Faço parte da Comissão de Ética do SJSP. Com quarenta anos de carreira, apresento o programa Brasil ODS pela rádio Brasil Atual e Olhar da Cidadania na rádio USP FM (SP).



FLÁVIO CARRANÇA

Formado pela Cásper, fui assessor de imprensa, repórter e editor em impressos, rádios e tv. Trabalhei no *Diário Popular*, nas rádios Cultura e Eldorado, e na Band. Atuei como diretor de redação da revista *Angola Yetu*. Tenho um longo histórico de colaboração em veículos da imprensa negra (*Raça Brasil*, *Pode Crê! Jornal* do MNU). Ajudei a fundar a Cojira-SP, e coordenei a comissão por 20 anos. Penso que o racismo é um dos vetores que impulsionam atos e posicionamentos de jornalistas e instituições que ferem os preceitos éticos de nossa profissão, e pretendo enfatizar esse aspecto no trabalho da CE.



MÔNICA ZARATTINI

Fotojornalista, editora de fotografia, produtora cultural e pesquisadora. Doutora em Artes (USP). Mestre em Comunicação (USP), bacharel em História (USP). Fui editora de fotografia do *Estadão* e do *Jornal da Tarde*, onde trabalhei como fotojornalista por 26 anos. Atuei como curadora do Festival de Imagens Periféricas (2021) e conferencista do MASTERCLASS - Festival Internacional de Fotografia de Bogotá (2022). Fui vice-presidente da ARFOC-SP. Atualmente sou ativista do coletivo Fotógrafas e Fotógrafos pela Democracia e diretora da REDE (Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil).

© FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

FOTOJORNALISMO

NA LINHA DE FRENTE

por: Mônica Bento

A cobertura jornalística de uma tragédia é sempre desafiadora; além de exigir alto desempenho profissional, requer controle das emoções. Difícil manter distanciamento dos fatos quando se está submerso neles, ainda mais em casos de eventos extremos, que nos mostram como somos pequenos diante da natureza. As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul repercutiram na imprensa internacional e se destacaram no noticiário, soando o alarme climático mais uma vez.

Em meio à destruição e tristeza, o trabalho incansável dos profissionais da imprensa seguiu o ritmo da enxurrada de acontecimentos e mostrou a magnitude da destruição, o sofrimento das vítimas e a força das pessoas diante da adversidade. Relatos de quem esteve na linha de frente nos fazem refletir sobre em que parte da preservação do planeta está também a preservação da espécie humana. A seguir depoimentos de associados da ARFOC-SP, que expressaram as dificuldades e o cansaço, mas também a solidariedade e a superação.



© IAN MAENFELD



© IAN MAENFELD



© AMANDA PEROBELLI

AMANDA PEROBELLI,
Agência Reuters

“Foram muitos desafios nessa cobertura, mas certamente a logística foi uma das grandes dificuldades, já que os acessos estavam destruídos, o que tornava tudo muito mais difícil. Busquei mostrar o sofrimento daquelas pessoas, por isso foquei meu trabalho em Eldorado do Sul, cidade vizinha de Porto Alegre bastante afetada, na qual, apesar de ilhada, consegui chegar. Foi onde conheci o casal Edite e João, que foram os personagens principais da minha cobertura, dentre tantas histórias. Queria mostrar os rostos da tragédia e essa família me permitiu acompanhar a rotina deles até a volta para casa. Outro lugar muito impressionante foi a cidade de Arroio do Meio, onde encontrei o casal Jussara e Fernando que não tiveram a mesma sorte; a força das águas destruiu tudo, inclusive a casa deles, deixando só a base. São pessoas, entre milhares de outras, que já vivem as terríveis consequências das mudanças climáticas.”

IAN MAENFELD,
fotógrafo independente

“Procurei fazer uma cobertura com olhar documental porque fui por minha conta e risco. Um dos lugares mais marcantes foi o Vale do Taquari, município de Estrela, que simplesmente deixou de existir. Eu queria contextualizar o local, mostrar a destruição generalizada. Os moradores não irão mais reconstruir nada lá, vão migrar para um lugar mais distante do Rio Taquari. Um novo começo. Outro registro que me marcou foi no bairro de Sarandi, em Porto Alegre, região mais atingida pelas águas do rio Guaíba. O que me tocou foi a capacidade de adaptação das pessoas diante do caos social e ambiental, a resiliência de moradores que permaneceram em suas casas e como os voluntários levaram de mantimentos a conselhos nos botes de resgate.”

ISAAC FONTANA, Agência EFE

“Foi minha primeira cobertura de catástrofe, então foi tudo novo pra mim, uma experiência e tanto. Dei sorte de chegar em Porto Alegre antes do aeroporto fechar, isso fez toda diferença. Como a logística era muito complicada, estar no epicentro foi crucial porque tínhamos que fazer apostas para a cobertura diária e torcer para dar certo! Por causa dessa dificuldade de deslocamento, concentrei 70% do meu trabalho na capital, onde pude acompanhar de perto os resgates. Foi muito marcante ver as pessoas deixando suas casas só com a roupa do corpo e o apoio da população. Por mais que todo o efetivo estivesse em esquema de operação máxima, não dava conta de tantas vítimas. Boa parte dos resgates, tanto de pessoas quanto de animais, era feita pelos moradores locais, fiquei muito sensibilizado.”

© ISAAC FONTANA



© ISAAC FONTANA



© AMANDA PEROBELLI



BOLETIM

Liberdade de Julian Assange

A libertação do jornalista Julian Assange, em 24 de junho, e seu retorno à Austrália, dois dias depois, constituem uma inesquecível, arrebatedora vitória de movimentos sociais e ativistas políticos e sindicais de vários países contra a tirania e contra o imperialismo norte-americano, após anos de luta.

📍 <https://bit.ly/3VZRZ19>

Dia D do Diploma

Em abril, parte da direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo se somaram à delegação da Fenaj para o 3º Ocupa Brasília, em defesa do diploma. Na ocasião, dirigentes sindicais dos jornalistas de todas as regiões do país estiveram em Brasília para dialogar com os líderes partidários sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 206/2012.

📍 <https://bit.ly/4b7giz6>

Saúde mental dos Jornalistas

A Fenaj apresentou uma proposta na sede da Fundacentro, em São Paulo, a pesquisa nacional sobre saúde mental dos jornalistas, projeto desenvolvido pela Fenaj, com o apoio do Ministério Público do Trabalho (MPT).

📍 <https://bit.ly/3PVXxqk>

Campanha salarial de jornais e revistas da capital

Começou em março, a campanha salarial de jornais e revistas da capital. A campanha também inaugura a Campanha Salarial Nacional Unificada dos/das Jornalistas 2024, uma iniciativa coordenada pela Fenaj. “Quem defende o Jornalismo, valoriza as e os Jornalistas!” é o tema desta mobilização inédita, para que a luta da categoria seja cada vez mais conjunta.

📍 <https://bit.ly/3VRy8jM>

...e no interior

Vem luta pela frente para jornalistas de jornais e revistas do interior. Afinal, são dois longos anos sem piso salarial, com perda de conquistas históricas e defasagem nos salários de maneira crescente. A volta da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com recomposição econômica é imprescindível para se fazer justiça a uma categoria que amargou tantos prejuízos, até durante a pandemia de Covid 19, trabalhando, sofrendo e perdendo direitos.

📍 <https://bit.ly/4ccfpq4>

87 Anos do SJSP

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo comemorou 87 anos em abril e para celebrar esta data especial, uma festa foi realizada no auditório Vladimir Herzog, inaugurando uma coleção importante de livros do ex-presidente do SJSP, Audálio Dantas.

📍 <https://bit.ly/3Q91NTk>

RESENHA

A palavra escrita e os ofícios em extinção

por João Marques

Eduardo Penna foi um dos últimos funcionários da *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*, no passado, emprego de muita gente ilustre; hoje, declarada supérflua e insustentável: “os governos têm mais o que fazer do que gastar com papel”. Ele trabalhava na edição de livros de arte, era revisor, dos bons. Um dia, pesquisando no Google indicação para um novo emprego, encontrou, por acaso, no site de uma revista brasileira, um ensaio sobre Ângelo Vergécio, artista grego que dedicou sua vida a algo que estava em vias de desaparecer. Havia uma exposição sobre ele na Biblioteca Nacional da França. O artigo contava a história desse copista, nascido em Creta e que foi trabalhar em Paris, quando as prensas começavam a invadir a Europa. Apesar de viver numa época de transição, foi um profissional respeitado, criava por encomenda e comercializava seus manuscritos para colecionadores e eruditos.

O ensaio, na íntegra, abre a história do romance *O Último dos Copistas* (Companhia das Letras, 206 págs.), de Marcílio França Castro, lançado em março deste ano. Mas como não é citada a fonte, a revista na qual o personagem teria lido o artigo, por curiosidade, fui procurá-lo, e o encontrei: ele existe, de verdade! Foi publicado na *Piauí*, edição de abril de 2019, assinado pelo próprio autor do livro. Reproduzido na ficção, sua autoria é

atribuída a F.C., que o escreveu de Paris; personagem a quem o narrador, em segunda pessoa, sempre se refere, quando busca um sentido e a autoria da história que deseja contar: “Você despencou de Paris até aqui para falar comigo. Veio atrás de um romance, de uma inspiração.”

Eduardo conseguiu novo emprego e foi trabalhar numa editora, “dessas que têm certo charme mas quase nenhum funcionário, e conseguem, na base da abnegação, e da sorte, manter um catálogo surpreendente e de bom gosto.” Fazia dupla com Lygia, que cuidava do projeto gráfico e da diagramação, ele preparava e revisava os textos. Um dia, numa reunião de trabalho, indicou à colega o artigo do Vergécio; mas o que mais chamou a atenção dela, não foram as artes do copista, cuja caligrafia deu origem à fonte Garamond, e sim, as ilustrações de sua suposta filha: “afinal, de que valem os manuscritos sem as iluminuras.” Ficou tão impactada com os desenhos, que decidiu ir em busca da história da menina. De Creta a Paris, passando por Veneza e Roma, o plano de Lygia era perseguir os passos de Vergécio.

Mesmo acontecendo em momentos distintos, atravessadas pela pandemia, essas duas histórias são narradas intercaladas, pela dupla. De um lado, Eduardo reflete sobre suas experiências com um ofício em extinção. Do outro, Lygia conta, nos textos escritos em cartas e postais enviados ao colega, sua aventura em busca da história de uma ilustradora que viveu no começo da Idade Moderna. ●

“Arranjos de escuro e sombra, contrastes, rodapés. Tudo o que é traço ou gravura afeta a pontuação, a semântica. Graças a Lygia aprendi a função sintática dos fantasmas — uma foto antiga é capaz de corrigir o que a gramática não alcança.”

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

Mutum

Sandra Kogut (Brasil/França, 2007)

Baseado em novela de Guimarães Rosa. Pelo olhar de Thiago, um garoto de dez anos, sensível e diferente dos outros meninos, filme revela o mundo dos adultos, cheio de injustiças, traições e violência.

📍 Netflix

A Hora da Estrela

Suzana Amaral (Brasil, 1985)

Relançamento do clássico de 1985. Primeiro longa-metragem dirigido pela cineasta, com roteiro baseado no romance de Clarice Lispector e personagem interpretada por Marcélia Cartaxo, filme conta a história da solitária Macabéa.

📍 Globoplay

Drive My Car

Ryūsuke Hamaguchi (Japão, 2021)

Adaptado de um conto do livro *Homens sem Mulheres*, de Haruki Murakami, filme segue duas pessoas solitárias, que encontram coragem para enfrentar o passado: um ator e diretor de teatro e uma roteirista com muitos segredos.

📍 MUBI/Netflix

Quatro Dias com Ela

Rodrigo García (EUA, 2023)

Com roteiro inspirado em reportagem premiada do jornalista Eli Saslow para o *Washington Post*, filme conta a história da relação de uma mãe, interpretada por Glenn Close, com sua filha viciada em drogas. 📍 Netflix

DICAS DE LEITURA

Utopia

Raquel Varela e Robson Vilalba - Veneta, 182 págs.

Professora e pesquisadora portuguesa, junto com um dos principais nomes do jornalismo em quadrinhos no Brasil, utilizam da linguagem das HQs e contam a história da Revolução dos Cravos.

Puro

Nara Vidal - Todavia, 96 págs.

Ambientado na década de 1930, em Minas Gerais, o casarão onde vivem o menino Lázaro e as três velhas que o adotaram é o epicentro dessa narrativa que explora as raízes do movimento eugenista brasileiro.

Louças de Família

Eliane Marques - Autêntica, 280 págs.

A partir da morte de tia Eluma, narradora puxa o fio que se estende à sua primeira ancestral, passando por outras parentes que, para chegarem onde estão, limpam os pés nas pedras dos arroios lavando a roupa suja dos brancos.

Minha Liberdade Não Te Serve

Mariana Felix - WMF Martins Fontes, 157 págs.

Depois de publicar três livros de poesia de slam, autora reuniu poemas de sua coluna no Facebook (Sexo, Drogas e Feminismo), os mais potentes, incluiu quinze textos em prosa, inéditos, e lançou novo livro.

Melhor Não Contar

Tatiana Salem Levy - Todavia, 224 págs.

Romance autobiográfico narra abuso sexual cometido pelo padrasto. Helena (mãe da narradora) e Tatiana são identificadas pelos nomes reais, já o padrasto, um aclamado cineasta brasileiro, nunca é identificado. “Não se trata de um livro de denúncia, é literatura”, diz a autora.

© DIVULGAÇÃO



É através do olhar de Thiago que enxergamos o mundo nebuloso dos adultos

Best-Sellers - A Última Turnê

Lina Roessler (Canadá/Reino Unido, 2021)

Com Michael Caine. Escritor rabugento e aposentado embarca em uma turnê para ajudar jovem editora. Crítica à geração *TikTok*, filme satiriza a futilidade e os novos autores de best-sellers.

📍 Netflix

MEMÓRIA



Antero e Paulo Soares comandaram por mais de 20 anos o SportsCenter, na ESPN

Até um dia, querido Antero

por André Kfourri

Antero que você via na televisão é o mesmo que viam todos os dias aqueles que tiveram a sorte de conhecê-lo. O sorriso rápido, próprio dos otimistas. O olhar sincero, típico dos genuínos. Se ele te chamava de “querido”, ou “querida”, não era por educação, ou simpatia. Era por sentimento. Quando ele perguntava se estava tudo bem, não era por convenção, ou formalidade, era por empatia. Antero nunca foi um personagem das telas, um ator do fim de noite. Nunca representou algo que não sentia, nunca disfarçou o que corria em suas veias e fazia seu coração bater. É por isso que, ao longo de tantos e tantos anos visitando a casa das pessoas na hora em que o sono se aproxima, ele era capaz não só de mantê-las acordadas, como de absorver sua atenção e, por vezes, fazê-las sorrir. É por isso que quem o encontrava nas ruas, pela primeira vez, tinha a sensação de estar ao lado de um amigo. Um amigo da vida toda.

É aqui que a perda do Antero dói mais. Ele tinha, em doses exageradas, a generosidade que se transformou em um artigo tão raro. Era como ele enxergava a vida, o mundo, as relações. Hoje as pessoas quase não se olham mais. Antero te olhava como se pudesse ver o que havia dentro de você. E o que você via nos olhos dele era o interesse verdadeiro, a presença que valoriza o tempo, a atenção de quem deseja estar ali. Gente assim não apenas passa pela vida dos outros, não apenas deixa lembranças que ficam, não apenas faz falta quando se vai. Gente assim ensina, mesmo sem a menor pretensão, que o que temos de mais importante, de mais caro, de mais fundamental, somos nós. E quando gente assim não está, somos menos. É o que somos hoje. Muito menos.

Antero era simples, uma de suas incontáveis qualidades. Um resistente farol de espontaneidade e franqueza num mundo que cultua a afetação. Respondia uma pergunta com honestidade brutal. A quem merecia, fazia críticas com carinho. Incapaz de um gesto ríspido ou de uma palavra hostil, só sabia dedicar às pessoas aquilo que ele tinha de bom. Estava quase sempre atrasado, mas sempre tinha tempo para os outros. Sua modéstia – a modéstia autêntica, que é o oposto da falsidade – provavelmente o impedia de alcançar a exata noção de como era admirado pelos colegas, especialmente os mais jovens, porque ele era dessas pessoas que não se deixam levar por elogios, mas jamais deixam de agradecer-los. Sempre educado, sempre cordial. Sempre amável, essa palavra que, embora em desuso, nunca será extinta por causa de gente como ele.

A forma como Antero enfrentou a doença cruel que terminou por levá-lo é outro testemunho de seu valor como pessoa. Insistiu em trabalhar enquanto pôde, seguiu escrevendo e frequentando a casa das pessoas, com o mesmo espírito, a mesma gentileza, a mesma competência, sendo esse amigo da vida toda que ele sempre foi. Antero honrou a estirpe dos homens que lutam todos os dias, sem fazer disso uma plataforma de suas virtudes, mas oferecendo o exemplo a quem tem a capacidade de notar. Ele não saberia agir de outro jeito. E nós, que hoje somos muito menos, não sabemos como nos despedir dele, porque ninguém nos ensinou a aceitar que a vida acaba por nos deixar assim, com esse nó na garganta, procurando os olhos do Antero, nosso amigo da vida toda.

CONHEÇA OS TIPOS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício (CLT ou estatutário)

1% DO SALÁRIO

com TETOS de R\$ 60 para o Interior, Litoral e Grande SP R\$ 80 para a Capital

FIXA

para jornalistas sem vínculo R\$ 45 Interior, Litoral e Grande SP R\$ 65 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

SINDICALIZE-SE: <https://sjsp.org.br/pagina/sindicalizacao-online> MAIS INFORMAÇÕES: atendimento@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699

COLUNA DO JUCA



por Juca Kfourri

É HORA DE RENOVAR

ESTAMOS DIANTE DE NOVOS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO DO BOM E INDEPENDENTE JORNALISMO

Já faz bom tempo que ocupo este espaço em nosso UNIDADE.

Antes, bem antes disso, em 1975, também aqui, fui aprendiz do querido Fernando Pacheco Jordão que o editava com maestria nos tempos da feroz ditadura.

Durante as trevas bolsonaristas, tentei jogar um pouco de luz na parte podre de nossa imprensa que aderiu à escuridão.

Foram tempos difíceis, de muita decepção com alguns ex-jornalistas que mudaram de lado e engrossaram a onda de ódio que ainda hoje tanto mal faz ao Brasil.

Outro dia mesmo, na Praça Vladimir Herzog, ao rever a lista dos 1004 jornalistas que assinaram o manifesto “Em nome da verdade”, e exigiram a apuração do assassinato de Vlado pela OBAN diante das mentiras disseminadas pelos assassinos no poder, vi nomes que traíram vergonhosamente a causa da democracia.

Cito três: Augusto Nunes, José Roberto Guzzo e Olavo de Carvalho.

O eleitorado brasileiro nos livrou de mais quatro anos sob o tacão do adorador de torturadores e arauto da necropolítica, além de corrupto dos pés à cabeça e dos membros da família.

O perigo de retrocesso permanece presente por meio da disseminação de notícias falsas, financiadas pelo capital financeiro e empresários sem escrúpulos, gananciosos e de costas para os excluídos.

Como sempre, o papel do jornalista é o de fiscalizar o poder e denunciar quaisquer ameaças ao processo democrático neste país ainda tão dramaticamente desigual.

Novos perigos produzidos pela revolução tecnológica estão postos no mundo digital.

Se Albert Einstein descobriu como transformar massa em energia, Robert Oppenheimer fez dessa descoberta a mais mortal das armas.

O mau uso da Inteligência Artificial pode causar danos semelhantes, com as Big Techs sem controle social.

É isso.

Estamos diante de novos desafios para o exercício do bom e independente jornalismo, uma redundância.

Daí ser hora de recarregar baterias para seguir na luta pelo prevalecimento da verdade factual e de, também, dar lugar nesta trincheira aos novos companheiros que terão a missão de conduzir o destino de nosso bravo Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo.

Que o espírito de Audálio Dantas paire sem parar e que sejamos felizes sob nova direção.

Até sempre!

TRAÇO LIVRE | por Luiz Gê

